



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ata n.º 02/2022

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, sito em Chaves, pelas nove horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022; -----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MANDATO 2021/2025; -----

PONTO 3 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 4 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021. INFORMAÇÃO N.º 42/DEAS/2022. PARA CONHECIMENTO; -----

PONTO 5 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021. INFORMAÇÃO N.º 09/DGF/2022; -----

PONTO 6 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. ANO DE 2022. PROPOSTA N.º 35/GAPV/2022; -----

PONTO 7 - DECISÃO DEFINITIVA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA RELATIVA À PROPOSTA DE RESOLUÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO COM ISOLINO PERDIGÃO MARÇAL AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL | PIM “QUINTA DE AGROTURISMO CASTELO DE EIRAS” (DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 25/11/2021) - INFORMAÇÃO N.º15 /DDE/2022, DA ENG.ª CLÁUDIA FERREIRA, DE 28.02.2022; -----

PONTO 8 - ANÁLISE DO 7.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº20 /DDE/2022, DA ENG.ª CLÁUDIA FERREIRA, DE 25.03.2022; -----

PONTO 9 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, NA RUA DA TRANCADA/AV. D. JOÃO I, NA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO Nº 881/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 79/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/02/2022; -----

PONTO 10 - PEDIDO DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA NA EM 541, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS, NA EM 541 – PROCESSO N.º 136/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 90/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/02/2022; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 11 - PEDIDO DE ACALMIA DE TRÁFEGO, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE OUCIDRES E BOBADELA, NAS LOCALIDADES DE VILA NOVA DE MONFORTE OUCIDRES E BOBADELA – PROCESSO N.º 156/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 98/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 25/02/2022; -----

PONTO 12 - PEDIDO DE ACALMIA DE TRÁFEGO, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, NA ESTRADA DAS ANTAS – OUTEIRO SECO – PROCESSO N.º 1007/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 117/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/02/2022; -----

PONTO 13 - PEDIDO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, – NA LOCALIDADE DE IZEI – FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO N.º 1017/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 156/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/03/2022; -----

PONTO 14 - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO CM 1051, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA – NA LOCALIDADE DO CAMBEDO DA RAIA – FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA - PROCESSO N.º 93/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 176/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/04/2022. -----

Presidiu esta sessão, o Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia Municipal de Chaves, estiveram presentes nesta sessão os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Cristina Maria Inocência Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreira, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro, Maria Adalgisa Portugal Ferreira da Silva Babo, Ricardo Vassal Coutinho e José Carlos Carvalho Fernandes. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, Michele Alexandra Rodrigues da Costa, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues, Maria José Alves Portela e Pedro Miguel Vieira Miranda. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Helena Cristina Gonçalves Santos, Daisy Machado Lameira e Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa -----

Pelo Grupo Municipal do CH – CHEGA: Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE – Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira; Anelhe - Arlindo Santos Costa; Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro; União das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis; Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva; Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar; União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo; Ervededo – André Lourenço da Silveira; Faiões – Carolino Vinhais Reis, em representação do Presidente; Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação; União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira; União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto; Mairos - Adriano Vieira Rodrigues; Moreiras - António José Lopes; Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira; Oura – António Eusébio Vieira Cardoso; Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias; Paradelas de Monforte – Gilberto Santos de Jesus; Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia; Redondelo - Nelson Fernandes Costa; Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais; União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira; Santa Maria Maior – José Maria Fernandes de Carvalho, em representação do Presidente; Santo António de Monforte – Alcino do Nascimento Santos; Santo Estevão – Maria José Sena Barros; São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco; São Vicente da Raia – Mário José dos Anjos; União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves; União das Freguesias de Travancas e Roriz - Filipe Maldonado Pinto; Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro; Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues; Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro; Vila Verde da Raia – Pedro Miguel Rodrigues; Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa; Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus; Vilas Boas – Paulo Nuno de Jesus Pereira; Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage; e Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de membros da Assembleia Municipal: Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo PS, Joana Maria Machado Borges, pelo PS, Nuno Artur Esteves Ferreira, pelo PS, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, pelo PSD, o Presidente de Junta de Freguesia de Faiões, Luís António Pereira de Oliveira, Luiz Mário Alves Carneiro, pelo PS, António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS, Victor Carlos Teixeira Pimentel, pelo CDS-PP, o Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva e Lara Beatriz Pinheiro de Melo, pelo PS. -----

Faltaram à reunião os seguintes membros da Assembleia Municipal: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo PSD e Fernando Miguel Borges Valpaços, pelo PS. -- Presidente da Junta de Freguesia de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Iniciada a reunião usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**: “Bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal, os senhores Deputados Municipais, os senhores Vereadores, os elementos da Mesa, público, membros da comunicação social que eventualmente estejam presentes, serviços de apoio à Assembleia Municipal”. -----

De seguida, solicitou aos membros da Assembleia Municipal autorização para integrar o Ponto n.º 1 e o Ponto n.º 2 da Ordem do Dia, no Período Antes da Ordem do Dia. Solicitou que o Ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos “DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MANDATO 2021/2025” figurasse como primeiro ponto a ser colocado em discussão e que a Ata referente à reunião da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Assembleia Municipal de vinte e três de fevereiro de 2022, que considera ter algumas incorreções que gostaria de ver corrigidas, como foi aprovada em minuta na última reunião, propunha que fosse votada na próxima reunião da Assembleia Municipal. Disse, ainda, se algum membro desta Assembleia se opõe a esta estratégia que se manifeste. -----

Colocada à votação, a Assembleia aprovou por unanimidade a proposta -----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022. ----

A ata número um, referente à sessão ordinária realizada no passado dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, foi retirada ficando a sua discussão e aprovação para a próxima reunião da Assembleia Municipal -----

PONTO 2 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MANDATO 2021/2025. -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Regimento da Assembleia Municipal. O Regimento da Assembleia Municipal, foi enviado para todas e todos os senhores Deputados, procurou-se fazer uma abordagem completa a todo o Regimento, com a introdução de alguns conceitos novos; o conceito de Deputado Municipal; o conceito de conferência de representantes, foram definidos os tempos a atribuir a cada grupo municipal. Os critérios estão explanados em anexo. Na perspetiva da Mesa, pensamos que se deu um passo em frente face ao Regimento. Considero não haver necessidade de efetuar uma abordagem, artigo por artigo, partindo do princípio que todos os Deputados Municipais, leram a proposta. Se alguém quiser usar da palavra, faça favor. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

Manuel Justino Cunha, pela **CDU**, disse, -----

Muito bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes nesta reunião. Era só um esclarecimento. Não percebi, na parte da intervenção do público e se calhar, fui eu, que não li tudo com a devida atenção, quando é que está prevista a sua intervenção? Não percebi se é antes ou depois da reunião da Assembleia. É só esse esclarecimento. Tradicionalmente, era no fim da Assembleia. Sempre defendi que se queremos promover a participação do público, considerando-se o errático do fim das Assembleias podia ser lógico que a intervenção do público fosse no início da Assembleia. Ficava essa sugestão, se já lá está escrito fui eu que não consegui ver peço desculpa. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento, à intervenção do senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha, da CDU: -----

Na proposta de Regimento não consta, a prática é que seja no fim. Entretanto, o que nós estamos a fazer ainda hoje já fizemos, as pessoas que se inscrevem têm de o fazer antecipadamente, deixam o seu contacto e os nossos serviços de apoio contactam a pessoa um período curto antes do fim da sessão para estarem presentes no fim da sessão da Assembleia Municipal. Portanto, limitamo-nos a seguir aquilo que é a tradição da Assembleia Municipal. É esta a explicação que eu tenho para lhe dar. -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, -----

Começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, a senhora Secretária o senhor Secretário, o senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, cumprimentar as eleitas e os eleitos, Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

social, bom dia a todos. Só vim aqui para dizer que o PSD, face a esta proposta de Regulamento da Assembleia Municipal, entende votar a favor. Considera ser um documento estruturante e orientador do bom funcionamento das reuniões da Assembleia Municipal. Um bom Regulamento, de cariz funcional. Não temos nenhuma alteração nem sugestão a propor. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

A ata referente a este ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovada em forma de minuta para seguimento imediato. -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, passou a palavra ao 1º secretário Anselmo José Martins, que deu conhecimento dos convites, expediente e pedidos de substituições que entrarão no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal até à presente data. -----

Seguidamente, entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia, tendo o senhor Presidente da Mesa, dado conhecimento da entrada na Mesa de duas propostas. Uma de um Voto de Homenagem e outra de uma Moção. -----

O Voto de Homenagem, foi subscrito pelo Grupo Municipal da CDU e a Moção, foi subscrita pelo Grupo Municipal do PS.-----

Grupo Municipal da CDU – Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, que foi lido pelo 1º Secretário Anselmo José Martins, que abaixo se transcreve: -----

“Proposta de Voto de Homenagem -----

Adriano Correia de Oliveira nasceu no Porto, em 9 de abril de 1942, e morreu em Avintes, em 16 de outubro de 1982, pelo que se completam 80 anos do seu nascimento, o que está a ser alvo de diversas iniciativas organizadas a nível nacional por parte de uma Comissão Executiva nomeada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, que inclui concertos musicais, edição de livros, debates e exposições itinerantes por todo o país. -----

Após concluir os estudos secundários no antigo Liceu Alexandre Herculano, Adriano matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959 onde teve uma intensíssima participação no meio cultural e desportivo ligado à academia. -----

Adriano, foi um músico português intérprete da canção de Coimbra e cantor de intervenção. São célebres algumas das suas canções, com poemas de poetas contemporâneos como Manuel da Fonseca, António Gedeão e Manuel Alegre, como “A Trova do vento que passa”, espécie de hino da resistência dos estudantes à ditadura de Salazar. Diversos álbuns foram editados pela Orfeu, desde 1967, como “Adriano Correia de Oliveira”, “O Canto e as Armas”, “Cantaremos”, “Que nunca mais” e “Cantigas Portuguesas”. Mas outros singles e LP,s foram publicados antes e depois do 25 de Abril de 1974. Recebeu várias condecorações, designadamente Comendador da Ordem da Liberdade e Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. É uma justa homenagem recordá-lo e homenageá-lo em abril, ele que sempre foi uma voz na defesa do espírito do 25 de Abril, ao qual entregou a generosidade da sua vida. -----

Assim, a (Assembleia Municipal de Chaves) reunida no dia 27 de abril de 2022, delibera aprovar um Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, saudar as Comemorações do 80º aniversário e apoiar o programa comemorativo organizado pela Comissão Executiva. Delibera também que este Voto seja enviado ao Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira”. -----

Chaves, 27 de abril de 2022 -----

Pela CDU -----

Manuel Cunha-----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado Municipal: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Manuel Justino Cunha, pela **CDU**, disse: -----
Bom dia a todos. Tenho só um reparo, eu e a minha família temos uma ligação específica com o Adriano Correia de Oliveira. Para mim, era um ponto de honra que um dia fosse prestada uma homenagem, uma homenagem a um homem que tal como Zeca Afonso, mostrou que se pode dedicar a vida a uma causa, à cultura, à democracia, à liberdade, sem ser à custa de dinheiro. Ele pagou, pagou caro essa dedicação viveu poucos anos, mas viveu-os intensamente e ao serviço dos portugueses. Por isso fica aqui um tributo pessoal dessa homenagem. -----
Colocado à votação, o Voto de Homenagem foi aprovado por unanimidade. -----

Grupo Municipal do PS – Moção “Tomada de Posição Quanto à Guerra na Ucrânia”, que foi lida pela 2ª Secretária, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, que abaixo se transcreve: -----

“MOÇÃO -----
Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, levando a cabo uma agressão militar contra um Estado soberano, independente e democrático, violando desta forma a Carta das Nações Unidas e as normas de direito internacional que salvaguardam a independência e a autonomia dos estados soberanos, espoletou-se de novo a barbárie da guerra, os seus horrores passaram a estar presentes no nosso quotidiano, tendo já levado à deslocação de mais de seis milhões de pessoas, essencialmente crianças, mulheres e idosos, que viram as suas vidas serem trucidadas pelo terror da guerra, obrigando-os a deixar as suas casas, as suas famílias e o seu país. -----
Esta agressão tem colhido os mais veementes repúdios e protestos da parte da comunidade internacional. -----
Face ao elevado número de refugiados, à crise humanitária que se vive, exige-se uma resposta solidária de todas as democracias do mundo, sublinhando-se a posição de Portugal e do governo português que desde a primeira hora se colocaram ao lado do Povo Ucrainiano. -----
Assim sendo, e porque se exige a assunção de posturas que repudiem esta torpe agressão, entende o grupo municipal do Partido Socialista que deverá a Assembleia Municipal tomar uma posição quanto à guerra na Ucrânia. -----
Neste sentido propõe-se: -----
- Voto de condenação da invasão da Ucrânia e agressão do povo Ucrainiano, com apelo à paz e cessar fogo imediato; -----
- Voto de solidariedade com o povo Ucrainiano, e pelo respeito do direito internacional e soberania dos estados”. -----
Chaves, 27 de abril de 2022. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, informou esta Assembleia de que: -----

Deu entrada na mesa um pedido formulado pelo grupo municipal do PSD no sentido de que esta proposta possa ser considerada da Assembleia e não só do Grupo Municipal do PS. Não sei se todos estão de acordo. Interpreto que o Deputado Municipal, Manuel Cunha, da CDU, entende que a proposta deverá continuar a ser do PS. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**. -----
O Grupo Municipal do PSD, tem a seguinte posição: dada a temática e o espírito da Moção, o PSD, incorpora a apresentação da Moção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

Peço um momento de espera enquanto o senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha da CDU, faz uma leitura da Moção, consulto também, o Grupo Municipal do Chega, do Bloco de Esquerda e do CDS/PP. A proposta teve a concordância de todos. O deputado Manuel Cunha, da CDU, considerou que a proposta é dos Grupos Municipais representados na Assembleia Municipal. A partir do momento que seja votada e aprovada, passa a ser da Assembleia Municipal. Em suma, a proposta passa a ser de todos os Grupos Municipais representados na Assembleia Municipal. -----

Intervenção:-----

Manuel Justino Cunha, pela CDU-----

Declaração de voto -----

Penso que o essencial da Moção é ponderado, só recordava o único ponto, com o qual eu não estou de acordo. socorro-me de um livro publicado em português em 2015, com o qual, não concordo, em grande parte do conteúdo, que é a opinião dos americanos. sabem qual é o título do livro? “A guerra na Ucrânia”. Para quem diz, ou sustenta que a guerra começou a 24 de fevereiro de 2022. Em 24 de fevereiro, tivemos um ato condenável que foi a invasão do território Ucrainiano e o incremento da guerra. Para quem não percebeu que a guerra começou em 2014, recomendo que leiam este livro americano sobre a guerra na Ucrânia, porque esse é o título do livro traduzido para português. Leiam como é que se adivinha um alerta de um estudioso americano, com o qual discordo em muita coisa, mas diz: Nós estamos a assistir aos mesmos passos que levaram à primeira guerra mundial, a discursos de ódio, a incrementos militares da posição de vários intervenientes e volto a salientar aquilo que vocês têm que entender, a Rússia é dirigida por oligarcas ricos, que ficaram com o espólio do povo da União Soviética e do Estado da União Soviética, que enquanto foi para desmantelar tiveram todo o apoio do Ocidente e agora que se querem sentar à mesa e comer, como querem os outros grupos de cada país temos esta situação. Nesse aspeto a Moção é importante, porque faz um apelo imediato à paz. Foi a lógica, também, antes da primeira guerra mundial que se dizia e se encontrava argumentos, para não fazer apelos à paz porque os franceses achavam que os alemães eram horríveis e os alemães achavam que os russos eram os monstros e sabem como é que acabou, na Primeira Guerra Mundial. É bom que se recordem disto e é bom que aqueles, que falam sobre o que se está a passar, sem terem a mínima preocupação de se informarem façam um contributo justo para a paz, eu acho, que esta Moção, tendo coisas que eu acho que não correspondem totalmente à realidade é uma Moção centrada no povo Ucrainiano, não é verdade que a Ucrânia seja uma democracia completa, leiam os artigos do Jornal Expresso e do Jornal O Público de 2020, está lá tudo contado, nos jornais que consideram de referência. Agora nós estamos a caminhar para a terceira guerra mundial e parece, que de uma forma muito estúpida e fincada muita gente está a deitar achas para a fogueira. O Partido Comunista e a CDU, fazem parte dos que não deitam achas para a fogueira e dos que se reveem nesta Moção, no sentido que é um apelo à paz imediata, porque o risco da generalização da guerra está aí. E antes disso tudo, o risco do sofrimento do povo Ucrainiano, de todo o povo Ucrainiano, de umas regiões e das outras, está em cima da mesa e a tragédia está aí e nós devemos receber os refugiados, como devemos receber bem os refugiados de todo o mundo, com a mesma dignidade e com a mesma qualidade com que estamos a defender os refugiados Ucrainianos. Nesse sentido e apesar dessas reservas, a CDU vai votar esta proposta ficando registado isto como declaração de voto. A Moção passa a ser dos Grupos Municipais, com exceção do Grupo Municipal da CDU



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Colocada à votação, a Moção foi aprovada por unanimidade. -----

Ainda, neste período, seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo **PSD**, no uso da palavra disse, -----

“Bom dia a todos os presentes. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, caros Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, ou representantes, elementos de apoio a esta assembleia, órgãos de comunicação social presentes, Flavienses. -----

“Segunda-feira foi o dia da Liberdade, o dia que engloba todas as lutas daqueles que combateram contra a ditadura fascista e instauraram no nosso país uma democracia liberal, europeia, com falhas, é certo, mas infinitas vezes melhor do que o anterior regime. Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! -----

Mas não é a enorme importância de segunda-feira, que gostaria que fosse unânime, mas temo que não seja, que me traz aqui, mas, sim, a vitória que todos obtivemos no domingo. Nas eleições presidenciais francesas, venceu a democracia, venceu a liberdade, venceu Emmanuel Macron. E esse tem de ser sempre o primeiro pensamento de todos aqueles que amam a democracia: vencemos! Contra as forças antidemocráticas, contra as forças antiliberais, contra as forças antieuropeias e, neste contexto em que a federação russa criou uma guerra contra um país soberano e independente, a Ucrânia, permaneceram pró-russas ou, pelo menos, com dificuldade em apontar o dedo ao único agressor no meio desta história: a Rússia. Contra esses, vencemos! -----

Contudo, os sinais que vieram de França são preocupantes e, a mim, como jovem, preocupam-me de sobremaneira. A primeira volta trouxe sinais preocupantes: 55,7% dos franceses votaram em forças, de um modo ou de outro, antidemocráticas e a segunda-volta deu 41,5% a uma candidata de extrema-direita que mais não é do que um embuste populista e xenófobo. -----

A história ensina-nos muito e mostra-nos que este caminho tem de ser combatido o mais depressa possível, muitos acreditam que Marine Le Pen se moderou, muitos acreditam que era Eric Zemmour o verdadeiro candidato de extrema-direita, mas é notório o caráter xenófobo, nacionalista, isolacionista, homofóbico, racista, anti União Europeia e anti direitos humanos da candidatura que ficou a apenas 18 pontos percentuais de Emmanuel Macron. -----

Isto torna-se ainda mais preocupante quando vislumbramos o futuro, em 2026, Macron não se poderá recandidatar, os partidos tradicionais estão esgotados e representam menos de 7% do eleitorado e o En Marche! enfrentará umas eleições sem a sua principal figura como candidato. Num contexto que se adivinha difícil, os próximos cinco anos serão fulcrais para impedir que estas forças extremistas cheguem ao poder no coração da Europa. -----

Para todos aqueles que amam a liberdade e a democracia, podemos estar em bancadas diferentes, podemos ter alguns ideais diferentes, mas, em momentos como este, acredito que é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa e, nas lutas que se avizinham, temos de estar unidos. -----

Podemos discutir acerca de uma opção ou de outra para o nosso concelho, podemos discordar do caminho a seguir ou da figura que queremos a liderar os destinos do município, mas nisto, que é muito mais importante que tudo o resto, temos de estar unidos! Temos de mostrar que o caminho da liberdade, o caminho da democracia, o caminho dos direitos humanos é o caminho certo e impedir que a Europa e Portugal entrem numa deriva extremista, de um lado ou de outro, que irá destruir todas as conquistas que os últimos 80 anos nos trouxeram. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Viva a liberdade, viva a democracia! Viva Chaves! -----

Helena Cristina Gonçalves Santos, pelo **CDS-PP**, no uso da palavra, disse: Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, caros e caros senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados Municipais, pessoal de apoio à Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público presente, muito bom dia. As nossas questões, são questões muito práticas e muito concretas. -----
*“Quais as razões que levaram o Município de Chaves à não adesão ao cadastro geométrico da propriedade rústica online, que permite a localização dos prédios rústicos, a sua configuração geométrica e áreas de confrontações? -----
Se não aderirem têm alguma outra proposta? -----
É que esta carta cadastral, já vigora em 118 Concelhos do Continente. -----
Saber se é ou não verdade que a Câmara rejeitou que a apresentação do novo equipamento do Desportivo de Chaves, com estampagens das telas do pintor Nadir Afonso tivesse lugar no Museu Nadir. -----
Se é verdade qual o motivo que apresenta para ter perdido uma oportunidade de promoção da cidade e do seu património cultural? -----
Queremos, também fazer algumas sugestões: -----
Sugestão de melhoramento da pintura das passadeiras e reposição de outras, a bem da segurança rodoviária. -----
Sugestão de haver cedência dos tempos de intervenção de cada grupo parlamentar para outros que dele necessitem, e, ainda, a contagem (para fins estatísticos) do tempo de intervenção do senhor Presidente da Câmara”. -----
Tenho dito. Muito obrigada. -----*

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um esclarecimento. -----
Senhora Deputada Municipal, se viu bem o Regimento que foi aprovado, refere que pode haver cedência de tempo excecionalmente. Quem faz essa análise é a Mesa da Assembleia Municipal. -----

André Fontoura Faria, pelo **PSD**, disse, Muito bom dia a todos, começo por cumprimentar naturalmente o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, professor Altamiro Claro, na sua pessoa cumprimento os demais membros, cumprimento os membros do Executivo da Câmara Municipal de Chaves e demais Vereadores, em particular o senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves doutor Nuno Vaz, cumprimento os membros desta Assembleia Municipal, as senhoras e senhores Presidentes de Junta, público e comunicação social. -----
Minhas senhoras e meus senhores a Cidade de Chaves, assume por razões históricas, por razões culturais e por razões turísticas uma vocação naturalmente associada às suas águas termais. A história da Cidade de Chaves, confunde-se inegavelmente com a história das suas águas termais e assim foi ao longo dos diferentes períodos da nossa história, tendo estas, merecido por parte das diferentes lideranças nos diferentes períodos de tempo, sempre uma particular importância no contexto de condução dos destinos desta cidade. Hoje o conceito de Chaves enquanto cidade termal, não é apenas um conceito circunscrito à nossa cidade, mas igualmente à Região do Alto Tâmega, em particular desde a criação das Comunidades Intermunicipais e do seu funcionamento em 2013. É neste contexto, que após a mais recente designação enquanto Administradora Executiva, para as Termas de Chaves da Doutora Brigitte Bazenga Gonçalves, também membro desta Assembleia Municipal, que faz parte do seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Conselho de Administração. liderado pelo doutor Nuno Vaz, também Presidente da Câmara Municipal de Chaves, que não podemos naturalmente deixar de questionar os critérios desta designação. Recordo e todos nós aqui sabemos a doutora Brigitte Bazenga Gonçalves, é formada em direito, Jurista de formação, advogada de profissão, não lhe sendo conhecida pelo menos a nível público qualquer formação académica ou executiva ligada à administração ou à gestão de empresas, nem tão pouco experiência profissional ligada também à administração de empresas, em particular às do setor público. O senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, julgo que em final de 2016 ou início de 2017, aquando da sua primeira candidatura à Câmara Municipal de Chaves, defendia inclusive uma gestão profissional das Termas Municipais da Empresa Municipal da GEMC, defendia aliás que a liderança e a condução dos destinos das Termas deveriam ser feitas, por quem passo a expressão “percebesse do negócio”. Neste sentido não posso naturalmente, deixar de questionar o senhor Presidente, a propósito dos critérios desta designação e pedindo-lhe, naturalmente, que possa prestar esse esclarecimento a esta Assembleia de forma clara, cabal, sem os habituais e peço perdão, os queixumes, relativamente ao passado, muitas das vezes, para fundamentar decisões, em relação às quais fomos mais ou menos críticos. É importante este esclarecimento para que esta Assembleia Municipal e os flavienses em geral não fiquem a pensar que esta designação, se tratou no fundo, de uma designação fundada no critério do cartão cor-de-rosa. -----

Ainda no âmbito do tema das águas, mas não já das águas termais questioná-lo, também do ponto de situação das piscinas municipais. Esta foi uma das suas grandes bandeiras eleitorais, quer em 2017, quer em 2021, justificaram até, inclusive, a apresentação de um projeto, julgo que em outubro de 2019 aos flavienses. Gostaríamos de saber, para perceber qual o ponto de situação dessa obra, que assume uma particular importância para este Concelho. Sei que me dirá que o quadro comunitário hoje é diferente daquele que tínhamos no passado e que eventualmente, agora será mais difícil esse acesso a fundos comunitários para efeitos de realização de uma obra desta natureza. Contudo julgo que já em 2017, aquando da sua candidatura conhecia, ou pelo menos deveria conhecer aquelas que eram as condições do quadro comunitário, para fazer uma proposta dessas aos flavienses. É neste contexto que lhe deixo estes dois pedidos de esclarecimento, julgo que são importantes para esta Assembleia Municipal. Muito obrigado. -----

Usou da palavra o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento, voltando à intervenção da senhora Deputada Municipal do CDS-PP, Helena Cristina Gonçalves Santos, dizer que no art.º 28 do Regimento, no ponto nº2 diz “A cada Grupo Municipal cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções da Mesa, sendo, excecionalmente, permitida a cedência de tempo entre os grupos”. A redação é a mesma que vigorava no Regimento anterior. É só esta explicação que queria dar. -----

Vítor José Gomes, pelo **CH**, -----

“Bom dia, Excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia, Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Vereadores, Membros da Assembleia, Presidentes de Junta, Flavienses e todos os presentes. Vários Encarregados de Educação, com as crianças na Escola nº5 de Casa dos Montes, questionaram-me sobre o encerramento da escola, que a Câmara Municipal pretende fechar, já no fim deste ano letivo. Começando o próximo ano letivo na Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, o que é completamente contra a vontade dos pais, associação de pais, direção e professores. Informaram-me que será entregue um abaixo assinado na DGEST e outro aqui hoje na Assembleia. Visto que fui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

questionado sobre o assunto, por algumas pessoas, resta-me expor e solicitar o porquê de querer fechar esta escola e não outras. Obrigado.” -----

O Presidente da Junta da União das Freguesias da Madalena e Samaiões, **João Manuel Almeida Pinto**, Bom dia a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta e restante público aqui presente. -----

“Chaves apresenta hoje um ciclo de mudança, no meu entender estamos finalmente a sair de uma pandemia que nos assolou por um longo período, foram mais de dois anos. E para sair desta crise nada mais que uma cidade rejuvenescida, mais atraente, mais apelativa, que evidencia uma forte procura Turística, como se tem verificado nos últimos dias, porque Chaves tem hoje mais Cultura, mais atividades e mais oferta hoteleira disponível. Tudo isto nos faz perceber que Chaves está finalmente no rumo certo devido a uma grande visão e um forte planeamento estratégico. -----

A dinâmica deste executivo municipal continua a exceder todas as expetativas, o Município apresentou recentemente uma candidatura para a qualificação e revitalização digital do Centro Histórico de Chaves”, no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais, um repto lançado pelo Governo, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que será desenvolvida em parceria estratégica na modalidade de consórcio, com as principais Associações do nosso Concelho, ACISAT, ADRAT, PROCENTRO, A GEMC e a AMO Chaves, tendo como objetivo a dinamização das atividades empresariais, com particular destaque para o comércio e os serviços. -----

A Câmara de Chaves assinou também um contrato para tornar o Parque empresarial mais “verde e digital”, o concelho de Chaves é um dos três municípios da região Norte com uma candidatura aprovada em mais de 11 milhões de euros para melhorar e dar outra relevância ao Parque empresarial da cidade. -----

A cerimónia contou com a presença da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, acompanhada pelo Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel, da Secretaria de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira, e do Presidente da CCDR-NORTE, António Cunha. O plano desta candidatura assenta em três pilares: na auto produção e armazenamento de energias renováveis; na cobertura de Banda Larga Rápida (5G) e também, na qualidade do serviço de energia. -----

Estes fundos podem apoiar investimentos na auto produção e armazenamento de energia renovável, ilhas de qualidade energética A+, soluções de carregamento de viaturas elétricas e abastecimento a hidrogénio, na cobertura de Banda Larga Rápida (5G) em áreas do Interior com comprovada falha de mercado ou soluções de resiliência ativa a incêndios, consoante as características das AAE”. -----

Salienta-se o facto de estes serviços serem indispensáveis para a fixação de grandes empresas no nosso Concelho, sendo com toda a certeza um grande passo para o futuro empresarial da nossa cidade. -----

Com a abertura e funcionamento pleno das Termas Mediciniais de Aquae Flaviae, realizou-se em Chaves nos dias 8 e 9 de abril, o Coloquio “Aquae Flaviae: Cidade Termal”, no âmbito da segunda edição do evento “Cidades Termas no Império Romano”. -----

O palco do evento foi o Centro Cultural, que reuniu alguns dos investigadores que mais se têm debruçado sobre este período, muito particular da cidade de Chaves: “a época romana”. -----

O Enquadramento deste Symposium Aquae está relacionado com a recente abertura ao público de um dos seus maiores expoentes – “as Termas Mediciniais de Aquae Flaviae”, um monumento único em Portugal e na Europa, que foi realizado com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

parceria científica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do Centro de Formação da Associação de Escolas do Alto Tâmega e Barroso, é o ponto de partida para um vasto conjunto de ações que pretendem promover este extraordinário património, tais como, visitas orientadas ao Museu das Termas Romanas e ao Centro Histórico de Chaves. -----

Este evento, acreditado pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua, foi direcionado para especialistas da temática, estudantes do ensino superior, docentes do ensino secundário, técnicos das autarquias e da administração central e demais público que demonstrou interesse em estar presente. -----

O Colóquio “Aquae Flaviae: Cidade Termal” constitui uma das ações da “Musealização das Termas Romanas de Chaves”, cofinanciada pelo FEDER no âmbito do POR do Norte - Norte 2020. -----

Caros deputados desta Assembleia, hoje, mais do que nunca, é com um enorme prazer que vejo a nossa cidade a crescer, a florir, que sinto um enorme orgulho, enquanto Presidente de Junta, de assistir a um desenvolvimento económico e sustentável. -----

Chaves está finalmente no rumo certo. -----

Um Bem-Haja ao Nuno Vaz e ao seu executivo.” -----

António José dos Santos, pelo **PSD**, começou por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e os seus colaboradores secretários, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, os senhores Presidentes de Junta e comunicação social. -----

Venho aqui falar de um assunto que já aqui foi falado tem a ver com o encerramento das escolas. Sabe-se hoje, que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, decidiu encerrar escolas do nosso Concelho no próximo ano letivo. Gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara o seguinte: Quais foram as diligências que encetou com os parceiros interessados para debater este assunto? Quem foi ouvido? Quem tomou a iniciativa do encerramento das escolas? A DGEST ou a Câmara Municipal? E quais as razões de tal decisão que levaram, portanto, a que se tomasse a decisão de propor ou a decisão de aceitar o encerramento de outras escolas? E já agora se pudesse saber quem, caso se vier a verificar o encerramento das escolas, quais são os organismos ou as instituições, ou seja, quem for, que irá ocupar estas instalações? Obrigado. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**. Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa cumprimento a Mesa, senhor Presidente da Câmara senhoras e senhores Vereadores, uma palavra especial para o Vereador Júlio de Jesus, que é a primeira Assembleia em que inicia funções, felicidades para o seu mandato. De uma forma muito breve e sucinta, partilhar algumas notas com esta Assembleia, referentes à Assembleia Intermunicipal, da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Como se recordam no passado dia 22 de dezembro de 2021, fui um dos eleitos para essa Assembleia que reuniu no dia 28 de dezembro, onde aprovou uma nova Mesa que é reconduzida pelo, senhor professor Anselmo Martins da Assembleia Municipal de Chaves, a vice-presidência, também pertence à Assembleia Municipal de Chaves através da minha pessoa e o Secretário é da Assembleia Municipal de Boticas o senhor Luís Dias. Nessa Assembleia foi também reconduzido o Secretariado Executivo Intermunicipal, cujo primeiro Secretário é o professor doutor Ramiro Gonçalves e outro Secretário Executivo é o doutor José Diegas. Na Assembleia de dezembro foi aprovado o Orçamento da Comunidade Intermunicipal, com um pouco mais de 3 milhões de euros. Ontem mesmo realizou-se a segunda Assembleia Intermunicipal, onde foi aprovada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Prestação de Contas e a Conta de Gerência, referente ao exercício económico de 1 de janeiro de 2021 a 31 dezembro de 2021, o resultado líquido positivo que transita para este ano é superior a 282 mil euros. Referir ainda, que na Assembleia Intermunicipal de ontem foi deliberado por unanimidade manter o acrónimo da Comunidade, ou seja, CIMAT, mas alterar a sua denominação, isso provocará uma alteração estatutária do artigo 2º dos Estatutos dessa Entidade e a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, passará a designar-se por Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. É tudo. -----

Em resposta às intervenções, acima, exaradas, usou da palavra, o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

“Muito bom dia a todos, cumprimento, naturalmente em primeiro lugar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o senhor Secretário, a senhora Secretária, os senhores Vereadores, a senhora Vereadora, os senhores Deputados desta Assembleia Municipal e, atendo-me ao Regimento, vou passar a cumprimentá-los, sempre, como Deputados. Conhecem a minha opinião sobre essa qualidade/designação, não a vou aqui reiterar, pois, aprovado o regimento, tenho o dever de o cumprir escrupulosamente. Nessa perspetiva, Senhoras e Senhores Deputados, caros e caras Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesia, aqui presentes, é um prazer rever-vos, público aqui presente, comunicação social e estrutura de apoio à Assembleia Municipal, a todos aqueles que permitem que esta sessão possa decorrer com normalidade. Muito bom dia a todos! Não tive a oportunidade de fazer nenhum comentário, qualquer consideração sobre os assuntos que foram discutidos de forma prévia, designadamente, quanto à Moção que foi aqui apresentada, naturalmente entendo e manifesto aqui a minha concordância, quanto aos respetivos postulados e considerandos que a informam. Entendo que este tipo de ações e de intervenções são inaceitáveis e intoleráveis a todos os títulos e que não se deve encontrar fundamentos, escusas ou argumentos para se poderem contextualizar, mitigar desvalorizar. Não podemos naturalmente deixar de criticar, censurar, todos aqueles Estados, ou pessoas, neste caso, Estados, que de facto fazem estes processos de agressão inaceitáveis, que violam todas as normas e que violam a norma fundamental, que é a norma da dignidade humana e de humanismo e essa é verdadeiramente, mais importante que todas as outras normas de direito internacional. Dizer, ainda, que é um prazer estar convosco, enfim, é sempre um renovar de alegria estar nesta Assembleia Municipal, neste espaço, que é o espaço do povo é aqui que se debatem as questões mais importantes para o nosso futuro coletivo. Dizer-vos que é com satisfação que venho cá prestar os esclarecimentos, dar as informações todas, que forem devidas e que naturalmente sejam do meu conhecimento. Nesse pressuposto, nesse contexto, e com esse objetivo, vou procurar responder, esclarecer, nalguns casos, e fazer algumas considerações sobre aquilo que foi dito por todos os intervenientes, neste Período Antes da Ordem do Dia. -----

Quanto à primeira intervenção feita pela senhora deputada do CDS-PP, Helena Santos, que integrou a Coligação Chaves-Primeiro, que agora se dividiram, espero que isso não seja mau prenúncio para o futuro, ou apenas seja um artifício, para terem mais representatividade na Assembleia Municipal, dizer-lhe que, quanto às questões que aqui suscitou, relativa à matéria do cadastro simplificado, esclarecer, a título de questão prévia, essa competência não é dos Municípios, mas antes da Administração Central, no caso do Ministério das Finanças. Tudo que tem a ver com questões de cadastro, tudo que tem a ver com o levantamento do cadastro, com a identificação dos mesmos, dos titulares, das suas configurações, da sua área, é matéria da competência do Governo. Entendo que, em matéria de transferência de competências ou de contratualização das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

mesmas é fundamental, diria mesmo, crítico, que os recursos a alocar a essas mesmas competências sejam os adequados à boa concretização das finalidades/objetivos prosseguidos com tal decisão pública. No caso em apreço, Balcão Único do Prédio, a proposta era manifestamente desequilibrada, porquanto os recursos, designadamente os financeiros, eram insuficientes para concretizar as tarefas a que o município de Chaves ficaria adstrito. O Município de Chaves não tem que financiar ou cofinanciar ações que são da responsabilidade da Administração Central, pois se o fizermos estamos a comprometer os recursos necessários para a concretização das políticas públicas municipais. Isto não significa que não valorizemos a necessidade de se fazer o cadastro da propriedade rústica, e que esse objetivo, de cariz nacional, possa ser materializado através da iniciativa designada por Balcão Único do Prédio. -----

Estamos disponíveis para abordar, de novo, esse assunto, ou seja, disponíveis para aceitar tal delegação de competência, por contratualização com o Governo, desde que o equilíbrio contratual fique assegurado, nomeadamente na dimensão financeira, garantindo-se que os encargos decorrentes da aquisição dos meios e equipamentos informáticos e tecnológicos, bem como os recursos humanos, são suportados pelo Governo. -----

Esperamos, assim, que nos possa ser feita uma proposta mais consentânea com a responsabilidades das partes, no intuito de que possamos ajudar para a fazer o que era suposto ter sido feito pelo Estado há já muitos anos. -----

Gostaria ainda de dizer que, na leitura que faço da legislação que foi publicada sobre esta matéria, o cadastro simplificado do prédio rústico não terá, de forma automática, os efeitos de regularização/legalização da propriedade rústica, designadamente quanto à questão da titularidade do direito de propriedade e outros direitos reais menores. Este processo permitirá corrigir/completar muita da informação que se encontra inscrita nas matrizes rústicas, designadamente, composição, confinantes, localização, área total e titulares inscritos. -----

Provavelmente muitos daqueles que acham que, em resultado da concretização do cadastro simplificado do prédio rústico, vão ficar com os seus prédios legalizados, ou seja, vão passar a ter um título que comprove a propriedade dos prédios a que se arroga ter direito, ficarão dececionados. -----

Digo mais, se alguém acha que o processo de cadastro simplificado não tem inscrito um propósito, lamento dizer-lhe que está enganada. Aliás, acho mesmo que este é o primeiro passo para se fazer aquilo que se fez relativamente ao cadastro urbano, penso que nos anos de 2008 e 2009, que foi reavaliar todo o edificado urbano. -----

Penso que está tudo a ser preparado para, depois, poder ser reavaliado todo o universo de prédios rústicos. Ainda assim, entendo que existir um cadastro simplificado do prédio rústico tem vantagens, designadamente no conhecimento da dimensão, características e composição da propriedade rústica, e, desta forma, contribuir para a efetiva planificação e programação em matéria florestal e agrícola. -----

Dizer-lhe que nós ainda não aderimos a esta solução, por entendermos que o município de Chaves não deve financiar obrigações e responsabilidades que são da Administração Central. Esperamos, naturalmente, uma evolução favorável nesta matéria e que, a breve trecho, possamos celebrar com o governo contrato que tenha por objeto o cadastro predial rural. -----

Logo que esteja garantido o equilíbrio contratual a que me referi, a nossa predisposição é aderir ao Balcão Único do Prédio, e, desta forma, fazer parte dos municípios que já fazem parte desta solução, que, na presente data, serão 118 dos 308 existentes em Portugal Continental e Ilhas. -----

São, estes, em síntese, os esclarecimentos que estou em condições de lhe facultar. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Depois, relativamente à questão da promoção do Concelho, a única resposta que eu lhe posso dar, é a que desconheço, em absoluto, o assunto objeto da interpelação. Desconheço se o processo está em marcha, se existe intenção, se o pretendem fazer agora ou mais tarde, o se se trata de pura especulação. O que lhe posso dizer, desconhecendo em absoluto o assunto, é que tudo o que possa ou seja suscetível de dar mais visibilidade à marca Chaves, afirmar este território, os seus recursos, competências e saberes, contará com o apoio deste executivo municipal. -----

O executivo, liderado por mim, tem provas dadas na promoção e valorização da marca Chaves, e é nessa linha de afirmação que estamos focados. Para nós, todos os momentos, todos os espaços e todas as oportunidades são propícias para darmos visibilidade a Chaves, à sua história, aos seus valores, e às nossas ambições. -----

Se alguém, ainda que de forma sub-reptícia, pretende passar a mensagem ou ideia de que o executivo municipal ou o seu presidente, não está disponíveis para contribuir para a afirmação da identidade e valores flavienses, ou, por ação ou omissão, criar obstáculos para a concretização de tal desiderato, está de a faltar à verdade e a respetiva motivação não está alinhada com o interesse do coletivo, com o interesse de Chaves. Mas, repito, desconheço, em absoluto, tal assunto, e as minhas considerações foram, por isso, de mero exercício reflexivo. -----

Relativamente às passadeiras. dizer que está em processo um programa importantíssimo no que diz respeito à mobilidade urbana, particularmente aquela que diz respeito à mobilidade a pé. Como já percebeu na cidade, numa parte significativa da mesma, com uma transformação muito grande e naturalmente, temos dado contrariamente a algumas posições, que às vezes são assumidas aqui na Assembleia Municipal, uma preferência e um enfoque principal àquilo que é a mobilidade a pé na cidade. -----

Nessa perspetiva faremos todas as iniciativas necessárias para aumentar a segurança rodoviária sobretudo para os peões, na certeza de que este é um processo em contínuo e inacabado. Faremos as intervenções que sejam necessárias sempre e quando precisarmos de incrementar a segurança rodoviária, seja através de sinalização vertical, seja através de sinalização horizontal. Fá-lo-emos com certeza, estamos atentos! Agora, sempre com a noção de que este é um processo que, por mais intervenções de correção que concretizemos, haverá sempre mais para fazer. Mas detetando-se a necessidade de criar mais passadeiras ou repintar as existentes, far-se-á. Aliás se tem estado atenta nas reuniões da Assembleia Municipal, trouxemos e trazemos mais uma vez hoje propostas de sinalização, na prática de reforço da segurança rodoviária, por via da sinalização, eu a brincar dizia o outro dia *“eu não sei o que é que aconteceu nos últimos anos porque o encargo assumido pela sinalização tem sido crescentemente maior”*, eu não notava que isso acontecesse no passado, portanto, das duas uma, ou não havia sinais ou agora toda a gente está preocupada com os sinais. -----

Esqueci-me de fazer os esclarecimentos aqui e peço desculpa por isso, ao Deputado Municipal, Carlos Gouveia do PSD, dizer que no essencial estamos absolutamente de acordo, com aquilo que foram as suas palavras nesta Assembleia Municipal, com aquilo que, na nossa perspetiva, são os valores de abril e aquilo que devem ser os princípios perenes para a concretização de uma sociedade mais justa e mais equilibrada. Naturalmente, dizer que temos todos, os que somos verdadeiramente democratas, de unir as mãos para que possamos em questões absolutamente essenciais para a democracia podermos encontrar, as formas, os meios e as soluções para que efetivamente, possamos demonstrar quotidianamente que o melhor regime, o melhor sistema que nós conhecemos, com muitos defeitos, com muitas incompletudes, é, de facto, a democracia. Partilho das suas preocupações, designadamente, quanto aos perigos e às ameaças que vêm da Europa Central, agora, naturalmente, com esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

incidência maior na última eleição Presidencial Francesa, que de facto provocou alguma ansiedade na Europa e em Portugal, digo, também, que nessa noite fui daqueles que respirei de alívio, quando conheci os resultados. De facto, a preocupação era grande, muito grande, atrevo-me mesmo a dizer que a vitória do populismo seria o princípio do fim da União Europeia, do modelo que nós queremos concretizar. Já nos basta a guerra na Ucrânia, e de todos os impactos que provoca nos cidadãos europeus e na economia mundial, europeia e nacional. Se lhe acrescentássemos um país, um grande país, como é a França, com a relevância histórica que sempre teve nas liberdades individuais e na democracia, a ser governado pelos populistas e xenófobos, então, poderia estar tudo em causa, desde a desagregação da União Europeia ao risco de conflituosidade entre nações. Comungo, naturalmente, dessa visão. Abril, ontem, hoje e sempre! -----

Depois, referir-me ao Deputado Municipal André Faria, do PSD, que aproveito para cumprimentar. Seja bem-vindo! Já tinha saudades das suas intervenções, mas pensei que estaria mais ou menos desaparecido nalgum Concelho vizinho, mas não, está cá, e, por isso, saúdo-o vivamente. É um prazer vê-lo por aqui e agradeço-lhe o questionamento que fez. Terei todo o prazer em responder-lhe. -----

Percebo que tenha algum reбуço em fazer considerações elogiosas, por aquilo que tem sido o trabalho de afirmação, turística, económica e de desenvolvimento do Concelho nos últimos anos. Percebo que tenha essa dificuldade, aliás senão, também não estaria sentado nessa bancada, estaria sentado noutra, percebemos esse diferente posicionamento político. Dizer-lhe que é um trabalho vibrante, um trabalho que nos dá muito prazer, entusiasmante, naturalmente queremos fazer tudo para que Chaves seja ainda mais um centro importante, em termos turísticos, em termos históricos e em termos económicos. É nisso que trabalhamos, na perspetiva que isso só se faz com todos e com colaboração e em rede, absolutamente preferenciais, com os nossos parceiros vizinhos que são naturalmente, os Municípios do Alto Tâmega. -----

Depois dizer-lhe, também, outra coisa, eu, porventura, até percebia que se essa interpelação viesse de outra qualquer bancada, sem passado histórico nesta matéria, pois relembro que a Administradora Delegada da GEMC, na fase final da gestão autárquica do PSD, era uma administrativa, mas vir de V. Exa., estranha-me e revela incoerência e falta de memória. -----

Por isso, questionar os critérios utilizados para indicação para o Conselho de Administração, do qual eu sou o Presidente, de alguém que tem experiência e trabalho em várias organizações, um passado profissional relevante e manifesta competência de liderança, e fazer as considerações depreciativas que fez, não só é expressão de incoerência e falta de memória, como já afirmei, mas é, sobretudo, falta de lisura e correção. -----

A Dra. Brigitte Bazenga Gonçalves, tem todas as qualidades e competências para continuar, eu diria mesmo incrementar, o trabalho positivo que o anterior Conselho de Administração da GEMC desenvolveu, aproveitando o ensejo para relevar e agradecer o trabalho de missão realizado pela Dra. Fátima Correia Pinto. -----

Dizer-lhe, ainda, que a avaliação do trabalho ou competência de alguém não deve ser feita *ex ante*, mas antes *ex post*, pelo que as suas palavras, na minha opinião, foram inoportunas e impróprias. -----

Termino reiterando a total confiança no bom desempenho do cargo por parte da Dra. Brigitte Bazenga. -----

Quanto ao demais, como sabe, tem experiência suficiente sobre esta matéria, de facto foi uma proposta que foi feita pelo representante do Município na Assembleia Geral, da respetiva Empresa Municipal e depois a designação concreta é da minha inteira responsabilidade, nessa perspetiva tenho aquilo como direito que se chama



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

responsabilidade de diligência, sendo essa que assumo, naturalmente prestarei contas sobre essa matéria e de forma muito clara sem nenhuma tentativa de escamotear a situação. -----

Entendo, também que é importante que nós possamos criar condições para que os nossos quadros, as pessoas que de facto, desempenham e tem um papel importante na nossa comunidade possam, também, ter uma experiência de gestão para que desta forma nós possamos alargar aquilo que são as hipóteses para integrarem novas funções, porque estamos sempre a dizer que não têm competência e depois muitas vezes encontramos soluções fora quando verdadeiramente as possamos ter dentro. --- Queria também, responder-lhe que relativamente às águas termais pensei que a sua pergunta seria sobre o número de visitantes das Termas Romanas e como é que tem estado a decorrer, enfim, o trabalho das Termas Romanas não o fez, pensei que tinha algumas dúvidas e alguma curiosidade sobre aquilo, que foi o processo de conclusão e de abertura das Termas Romanas, mas não teve essa curiosidade, provavelmente, informou-se noutros locais. Não teve nenhuma curiosidade, sobre o número de visitantes ou turistas que têm afluído a esta joia da coroa, esta verdadeira joia da coroa, que teve a descoberta que todos nós conhecemos e que nós queremos continuar a ajudar a limar, a fazer brilhar, pensei que tinha curiosidade, por exemplo de saber que em 8 dias teve 4500 visitantes, não sei se tinha essa curiosidade, por exemplo não sei se tinha a curiosidade de saber que em pouco mais de 3 meses já vai com 17 ou 18 mil visitantes, não sei se tinha essa curiosidade, se não tinha eu satisfaço a curiosidade de todos. -----

Dizer-lhe também, no que respeita às piscinas municipais, o propósito continua a ser o mesmo e penso sobre esta matéria que já tive a oportunidade, quer na reunião de Câmara, quer na reunião da Assembleia Municipal de esclarecer, de explicar exatamente qual é a delonga relativamente à concretização deste processo, mas ainda assim a questão foi-me colocada, eu terei todo o prazer em tornar novamente a explicitar os fundamentos. Como sabem em 2019, penso que foi em outubro, não tenho exatamente presente, o que nós fizemos não foi apresentar o projeto de execução, o que nós fizemos na senda daquilo que temos feito com os grandes projetos, é permitir que os cidadãos possam conhecer aquilo que são as linhas fundamentais de qualquer projeto. Depois possam dar contributos, sugestões, críticas, enfim de alguma forma contribuir para que a solução seja aquela que a maioria dos nossos concidadãos deseja para responder a uma necessidade específica. O que nós fizemos em 2019, não foi apresentar o projeto de execução, na perspetiva que pudesse logo ser lançado para concurso, não foi isso que nós fizemos, o que nós fizemos foi ter um anteprojecto, um projeto base, permitir e dar espaço que todas as pessoas o conhecessem e por isso pedimos à equipa projetista que o explicasse, que de alguma forma explicasse a conceção, a sua função, os seus espaços, a sua forma organizada, dar também já uma ideia em termos estéticos, foi isso que nós fizemos. A seguir decorreu um espaço um período, de participação, de contributo porque entendemos nós, que apesar de nós estarmos perante uma democracia representativa, entendemos que nalguns casos concretos é importante validar as soluções, com os nossos concidadãos até para que fortaleçamos a nossa decisão. Nessa perspetiva, houve um período, reuniu-se um conjunto alargado de contributos, foram sistematizados e foram apreciados pela equipa projetista alguns deles foram integrados, outros porventura não, o processo está numa fase de conclusão. A verdade é que pela circunstância da piscina se localizar naquilo que é o leito de cheia do rio Tâmega e estar na área influência da respetiva decisão administrativa, houve necessidade de pedir pareceres a muitas entidades, à DEGEG, à APA, enfim a outras entidades e todas as entidades deram parecer favorável à exceção da APA. A Agência Portuguesa do Ambiente, entende que o projeto da forma como está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

a ser construído, pela sua dimensão e pela sua ampliação, não cumpre aquilo que são as regras relativas à ampliação de edificações no leito de cheias. Esse parecer foi recolhido nos serviços municipais, foi objeto de apreciação, foi objeto de discussão e de abordagem com a equipa projetista houve necessidade de reformular alguns aspetos no intuito de poder, enfim, esbater, mitigar, resolver aquilo que eram alguns questionamentos feitos pela APA. Esse projeto de alterações já foi submetido à APA, temos estado a trabalhar, na perspetiva de perceber se o projeto da forma como está a ser concebido, é um projeto que implica a ampliação substancial daquilo que são as piscinas cobertas, quer no que diz respeito à área de tanque, seja no que diz respeito aos balneários e na parte da componente envolvente, designadamente as bancadas, será compatível com aquilo que são as regras de utilização do espaço junto do rio Tâmega em área de inundação, bem como perceber se a solução de se fazer uma subcave para permitir o acesso à área técnica é ou não compatível, também, com essas regras. Temos estado a conversar sobre esta matéria ainda acerca de uma semana ou duas tivemos a oportunidade de falar com o senhor vice-presidente da APA e temos mais uma reunião marcada sobre esta matéria. Esperamos poder encontrar uma solução técnica que possa permitir acolher uma solução favorável e isto não se trata de uma teimosia. A razão pela qual entendemos que era fundamental requalificar, as ineficientes piscinas cobertas que terão sido construídas nos anos idos de 1983 e naturalmente, com o ciclo de vida esgotado apesar das tentativas de melhoria. Queremos aferir se essa solução é ou não é administrativamente possível, esgota-la até ao limite. Em função daquilo que seja a posição última da entidade que tutela a reserva ecológica nacional e que gere as questões relacionadas com o regime hídrico nacional que é, a Agência Portuguesa do Ambiente, em função da posição deles nós tomaremos naturalmente uma posição consentânea, sendo certo que entendemos que a piscina coberta constitui uma pré existência fica localizada numa zona central da cidade e ao mesmo tempo está junto daquilo que é um potencial geotérmico muito relevante. Queríamos naturalmente utilizar essa fonte de energia num pressuposto que é fundamental construímos as piscinas que sejam, absolutamente eficientes aquilo que são um custo essencial do seu funcionamento que é a energia possa ser garantida por fontes renováveis, que tenham um custo aceitável porque, não podemos aceitar e compreender que possamos construir piscinas para depois as ter encerradas, como aconteceu em muitos dos Concelhos por causa da questão dos consumos energéticos. Por isso é que o projeto está concebido numa lógica de que entre 97% a 98%, a sua energia seja de fontes renováveis, uma solução compósita entre geotermia e solar. Estamos concentrados dizendo sobre esta matéria, que quando houver uma pronúncia definitiva da Agência Portuguesa do Ambiente, será levada ao conhecimento dos Órgãos, Câmara e Assembleia Municipal e em função disso teremos, que tomar uma decisão que permita perceber se a solução passa por fazer um projeto menos ambicioso aproveitando a pré existência das piscinas municipais se, porventura, a solução passa por equacionar uma outra localização para as piscinas municipais e nesse caso aonde estão os recursos. Porque se é certo que no passado houve financiamento comunitário para a construção de piscinas, se fizerem um pequeníssimo esforço vão perceber que no Alto Tâmega, todos os Concelhos, têm piscinas novas à exceção de Chaves, financiadas por Fundos Europeus, isso torna-se estranho e diz muito e caracteriza muito a gestão do PSD, nesses momentos. Mas isso significa que se nós hoje estamos, de alguma forma preparados para financiar com recursos próprios, eventualmente, recursos externos de fonte bancária umas novas piscinas, será mais difícil se ao mesmo tempo tivermos que fazer a aquisição de terrenos, terrenos em espaço central contamos naturalmente com a cooperação, com o contributo dos senhores membros desta Assembleia Municipal, agora também deputados desta Assembleia Municipal, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

também todos os membros do Órgão Executivo, dos senhores Vereadores da Câmara Municipal, para que possamos em conjunto encontrar uma solução porque eu acho que também é como dizia há pouco na sua intervenção, o senhor Deputado Municipal, Carlos Gouveia acho que esta é a matéria, para nos entendermos, para nos unirmos e não para divergirmos, não fosse apenas por aquilo que é a responsabilidade histórica do PSD, sobre esta matéria que não concretizou este investimento absolutamente essencial e que me parece que temos sobre, isso ter uma postura colaborativa e uma postura de contributo. Não sei se respondi claramente sobre esta matéria. -----

Relativamente, à questão que foi colocada pelo Deputado Municipal Vítor Gomes, do CH, tem a ver com a questão da Escola Básica nº 5 de Chaves, também conhecida vulgarmente pela Escola de Casa dos Montes. Quanto a esta matéria e explicitar que a matéria no que diz respeito ao movimento anual da rede escolar é competência do Ministério da Educação através da DGEST, sem prejuízo de parecer prévio do Município de Chaves. Queria recordar um histórico sobre esta matéria. Há pessoas que não tem memória e que se esqueceram que em 2005 e 2006 no Concelho de Chaves fecharam 70 escolas primárias. Há pessoas que sofrem de amnésia, que se vão esquecendo daquilo que foi o passado e daquilo que é a realidade de hoje, também se esquecem de uma coisa importante, quando questionamos temos também que por em contexto aquilo que foram, as interpretações, os entendimentos, os procedimentos políticos de cada um. Se bem se recordam o Partido Socialista então na oposição liderada por mim, enquanto líder do Grupo Municipal sempre entendi que relativamente a esta matéria devíamos ter outra interpretação, deveríamos ter um outro modelo e no essencial defendia duas coisas. Defendia que relativamente, às escolas primárias as escolas do 1º ciclo o número mínimo de alunos para funcionar deveriam ser 10 porque as orientações do Ministério da Educação fixavam-se nos 20 ou nos 22. Também defendi relativamente ao pré-primário, aos jardins-de-infância que contrariamente àquilo que era o referencial técnico da DGEST, dos tais 20 ou 22 deveriam ser 5. A verdade é que até hoje sempre cumprimos esse pressuposto de entender que por razões de socialização, pedagógicas, mas também, razões ligadas a questões simbólicas e sociológicas, do próprio espaço de influência da escola, teríamos que encontrar aqui uma solução de compromisso. Até hoje foi sempre essa orientação que assumimos. -----

Também fizemos isso relativamente à escola, demos um parecer que estariam reunidas as condições para haver uma transferência de alunos da Escola de Cimo de Vila da Castanheira, para a Escola Básica de Mairos, fizemos esse mesmo entendimento porque só tinha dois alunos no próximo ano letivo. Mas fizemos também, esse entendimento relativamente à Escola Básica de Vale de Anta, porque também só teria nove alunos e faria todo o sentido que eles pudessem vir para uma escola próxima integrada no mesmo Agrupamento, estamos a falar no Agrupamento António Granjo até, porque muitos dos alunos que frequentam estas escolas, já não são das próprias localidades, são alunos transportados de outras localidades, não há um ganho significativo a nível de tempo para que possam ser acolhidos numa outra escola. -----

Relativamente, à Escola Básica nº 5 de Casa dos Montes este critério não está efetivamente verificado porque, nós temos uma escola que teria no próximo ano cerca de 90 alunos. A verdade é que todos nós conhecemos, digamos a fragilidade e as questões infraestruturais que esta escola tem apresentado nos últimos anos. A Escola Básica nº 5 de Casas dos Montes, tem como todos nós sabemos alguns problemas relacionados com as infraestruturas, com as condições físicas da prática desportiva e de algumas questões que estão relacionadas com os próprios espaços para poder haver ações de outra natureza, para além das pedagógicas. É um edifício que apresenta muitas necessidades. Tem que ser requalificado e com uma requalificação muito significativa, nós fizemos há pouco tempo a substituição da cobertura por causa do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

amianto, foi apenas por razões de saúde naturalmente, para que pudesse para o futuro este Edifício ter as condições para poder acolher outro tipo de finalidades. De Entendemos que se grande parte dos alunos que frequentam a Escola Básica nº 5 de Casas dos Montes são transportados de outras localidades, esta escola fica próxima a cerca de 5 ou 6 minutos a pé de uma outra escola que é a Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, que já hoje e no passado estes alunos são transportados à hora de almoço da Escola Básica nº5 de Casas dos Montes para a Escola Dr. Francisco Carneiro e com todas estas questões infraestruturais, logísticas, de recursos humanos e, também, sabemos que os senhores Diretores, põem sempre a questão da carência de recursos humanos e então ter entre 200, 300 ou 400 metros, dois edifícios um deles com condições, outro sem condições, entendo eu que por razões pedagógicas, por razões de socialização, por razões de proteção e de atenção aos processos de aprendizagem naturalmente que o nosso parecer foi que estariam reunidas as condições para que os alunos, provavelmente, no próximo ano gostariam de frequentar a Escola Básica nº5 de Casa dos Montes e que possam frequentar um espaço próprio dedicado na Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro. Recordo aqui que enquanto a Escola Básica do Caneiro esteve fechada os alunos da pré-primária estiveram durante um ano na Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro e curiosamente a comunidade escolar é mais ou menos a mesma. Nessa perspetiva entendemos e assumimos que o nosso parecer foi um parecer favorável, relativamente, à transferência dos alunos da Escola Básica nº5 de Casas dos Montes para a Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, por razões de condições físicas, por razões logísticas por razões pedagógicas, porque tem todas as condições para a prática desportiva, tem laboratórios, tem biblioteca, enfim, tem todas as condições para que naturalmente os processos de aprendizagem, de socialização, possam ser melhor conseguidos neste novo espaço do que no anterior. -----

Compreendo e aceito que alguns pais até possam ter algumas reservas e possam de alguma forma mostrar alguns receios e até haja algum sentimento de perda. No entanto devo dizer-vos que grande parte dos alunos não são de Casas dos Montes, os alunos são transportados de outras freguesias, que vão desde provavelmente Bustelo até à Pastoria e Redondelo, verdadeiramente não há ganho ou perda nesta matéria no que diz respeito ao tempo médio de transporte. A não ser um sentimento de perda que eu compreendo, aceito que naturalmente os pais e encarregados de educação possam ter esse sentimento de perda. Racionalmente o novo espaço terá muito melhores condições daquelas que hoje apresenta o edifício da Escola Básica nº 5 de Casas dos Montes. --- Dizer ao Presidente da União De Freguesias da Madalena e Samaiões, João Pinto, enfim, agradecer as palavras elogiosas naturalmente excessivas como são sempre por aqueles que nos querem bem e são da nossa área política. Também ponho sempre em perspetiva essa questão, por isso dizer-lhe que agradeço naturalmente e é um estímulo para continuarmos a trabalhar, porque trabalhamos por nós e trabalhamos por todos. Queria naturalmente também, responder ao senhor Deputado Municipal António Santos, do PSD, sobre esta matéria parte da resposta que dei ao senhor Deputado Municipal, Vítor Gomes, do CH, pode ser aproveitada para responder ao senhor Deputado Municipal, António Santos. Dizer que percebo menos a sua posição do que percebo a do senhor Deputado Municipal, Vítor Gomes. O senhor Deputado Municipal, Vítor Gomes não estava aqui, não participou no processo político não era membro desta Assembleia Municipal quando o aconteceu o encerramento das 70 escolas primárias, não o vi aqui falar sobre isso nessa altura e a verdade é que foram encerradas escolas nessa altura com 10 com 15 e com 17 alunos muitas delas. A verdade é que não o vi aqui a defender intransigentemente essas comunidades, algumas dessas comunidades são comunidades rurais sim, essas comunidades perderam mais e aí sim fazia mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sentido, agora vir cá defender ou questionar a mudança de uma escola a 4 ou 5 ou 6 minutos de distância a pé parece-me estranho, ao mesmo tempo pelas responsabilidades que teve, pelo conhecimento que tem da gestão porque já foi presumo eu, assessor de uma direção e saber as dificuldades que existem de gestão de recursos, sobretudo de recursos operacionais. Eu só entendo esta perspetiva, aqui numa lógica política partidária, não a entendo de outra forma. Certamente não foi para contribuir para a pacificação e para um são convívio nesse Agrupamento de Escolas não é isso que o senhor deputado Municipal pretende. Dizer-lhe ainda mais, tive a oportunidade de falar com a senhora diretora do Agrupamento de Escolas António Granjo, e que a decisão foi tomada pela DGEST houve uma pronúncia por parte do Município, entendemos nós que esse processo interno de auscultação devia ser feito pela DGEST e não pelo Município, porque como os senhores deputados sabem as Direções das Escolas dependem hierarquicamente da Direcção-Geral e não ao contrário, as direções de escolas não dependem do Município, nessa perspetiva esse processo de auscultação deveria ser interno. Ainda assim, dizer-lhe que no futuro, numa perspetiva de colaboração, de incremento e de uma sã colaboração teremos naturalmente, esse cuidado de poder formalmente, não apenas informalmente, discutir todas as questões que interessam à escola, até porque hoje depois do dia 1 de Abril temos naturalmente, maiores responsabilidades no que diz respeito ao processo de gestão não pedagógico das escolas, até nessa perspetiva temos uma obrigação acrescida, de fazer um trabalho mais próximo e ficou esse compromisso com a senhora Diretora, para que no futuro nós possamos criar as condições para que não suscitem equívocos e para que haja uma relação franca, uma relação sadia e sobretudo uma relação muito leal que é isso que nós queremos fazer com os três Agrupamento de Escolas do nosso Concelho. Por outro lado, dizer-lhe que é nossa convicção que o parecer que foi dado sobre a Escola Básica nº5 de Casas dos Montes, é um parecer que naturalmente vai contribuir para a criação de melhores condições para toda a comunidade escolar porque, vão ter espaço, vão ter condições físicas, vão ter laboratórios, que podem estar à sua disposição, bibliotecas, espaços de estudo, refeitório que antes não tinham e, portanto, vai ser naturalmente um processo mais fácil, com a garantia que vão ter uma área mais dedicada, mais protegida. Estamos a falar naturalmente de alunos entre os 6 e os 10 anos e nessa perspetiva, dizer também que o Município de Chaves e é do conhecimento dos membros desta Assembleia Municipal, tem feito um processo crescente de requalificação dos equipamentos escolares e também, a Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro vai ter uma intervenção de requalificação parcial das suas instalações para criar condições de melhoria das condições térmicas. Dizer, por fim, sobre esta matéria que me surpreende, melhor dito já não me surpreende a sua incoerência. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, agradecer aqui este report que fez relativamente àquilo que tem sido os trabalhos e a alteração que aconteceu na CIMAT e naquilo que é a perspetiva futura. Da proposta que foi feita relativamente à alteração da designação com o adição do Barroso esperamos que naturalmente seja acolhida e que possa ser aprovada por que essa é uma decisão que tem que ser tomada pelas instâncias europeias, sobre proposta do governo e, portanto, esperar que seja assim. Como já o disse antes eu acho que temos que ter uma região coesa, uma região com as diferenças que temos naturalmente de território, de história, mas naturalmente sempre muito alinhados naquilo que possa ser em cada momento a perceção e a vontade de cada um, para que no fim possamos ter uma proposta mais forte e que possamos trabalhar em conjunto. Só agradecer a vossa atenção e dizer que sei que canso um pouco, mas eu também quero explicar tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

direitinho, não podem querer fazer perguntas e não querer ouvir as respostas está bem? Obrigado, bom dia. -----

António José dos Santos, pelo **PSD**, disse. Senhor Presidente da Câmara, o senhor gosta muito de me picar, mas o picar-me tem que picar com base em dados reais. O senhor Presidente, veio para aqui fazer uma série de afirmações que eu não compreendi, nada do que disse. O senhor Presidente chamou-me incoerente, mas vou-lhe perguntar o seguinte: Onde é que está a minha incoerência? Eu vou só fazer-lhe novamente as perguntas que lhe fiz há pouco. Eu não teci comentários, não emiti opinião eu não fiz nada daquilo que o senhor Presidente esteve aqui a dizer, veio para aqui dizer que eu disse e eu não disse nada só fiz duas perguntas. Eu vou repetir as perguntas porque fazer duas perguntas não estou a emitir opinião. Então ouça as perguntas que lhe faço: Quais as diligências que encetou com os parceiros interessados para debater este assunto do encerramento das escolas? O que eu lhe queria perguntar é se ouviu os senhores Diretores dos Agrupamentos é se ouviu o Conselho Municipal de Educação é se ouviu os representantes dos pais. Estas eram as questões colocadas e depois coloquei-lhe outra questão: Quem tomou a iniciativa do encerramento das escolas, se foi a DGEST ou se foi a própria Câmara que tomou a iniciativa de as encerrar. Só lhe fiz estas duas perguntas e o senhor Presidente, vem para aqui dizer que eu disse isto e disse aquilo, eu não disse nada, eu fiz-lhe duas perguntas. Então não diga que eu sou incoerente e que no passado isto e no passado aquilo anda sempre a associar-me ao passado e no passado digo-lhe uma coisa o encerramento das escolas no passado foi decisão do Presidente da Câmara e já está feito. Mas o encerramento das escolas era uma decisão a nível nacional ou a nível local? O Presidente à data tomou uma decisão de iniciativa própria de querer encerrar as escolas ou foi obrigado a isso? Tem alguma coisa que me associar ao passado eu no passado falei do que quis e não ponha agora na minha pessoa aquilo que eu não disse ou que disse se intervim ou se não intervim, só fiz aquilo que quis e só faço aquilo que quero, agora não quero é que ponha na minha pessoa palavras que eu não disse, fiz-lhe duas perguntas, com duas perguntas não emiti opinião. -----

Usou da palavra, o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas, em direito de resposta. ----- Bom dia novamente, cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, os senhores secretários, os senhores membros do executivo aqui presentes, senhores deputados municipais e todos aqueles que têm o prazer de estar nesta Assembleia Magna do Município de Chaves. Dizer que pelos vistos o senhor Deputado Municipal, António Santos não tem memória e nem tem história. Por outro lado, dizer também quem fala do que quer ouve o que não quer, foi o que lhe aconteceu, tenho pena, mas é assim mesmo, tenho pena. Se queria saber quais foram as diligências com as entidades concretas e específicas devia tê-lo dito. Dizer-lhe que, primeiro: Devia conhecer e não sabe o Conselho Municipal de Educação não está constituído ainda, por razões que tem a ver com a falta de indicação de alguns dos seus membros designadamente do Ministério da Educação, portanto, não podíamos ouvir um órgão que não existia ainda. Quanto às outras questões que foram colocadas de conversas informais sobre essa matéria e, portanto, o que eu prometi aos senhores Diretores é que da próxima vez teremos conversas formais sobre esta matéria. Posso dizer que a senhora Diretora, entendia que devíamos esperar mais algum tempo para que essa transferência fosse feita e por ventura, que pudesse acolher nesta Escola o sétimo ano, foi essa a proposta. Nós temos uma visão diferente dessa, naturalmente tem a ver, como já expliquei antes, com as infraestruturas que existem, que não têm na nossa perspetiva as menores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

condições para poderem funcionar atividades letivas, reconhecemo-lo no passado, aliás os pais insistentemente vinham dizendo que não havia condições e nós fizemos pequenas intervenções de modo a garantir o seu funcionamento, agora eram soluções muito precárias. Por outro lado, dizer-lhe claramente sobre esta matéria que curiosamente para o Presidente da altura era obrigado, o Presidente de agora não é obrigado. É curioso como tem sempre diferentes opiniões sobre a mesma realidade e por isso que eu acho que é incoerente. Há aqui uma notícia que é do Jornal O Público e diz assim, vou ler, “dos 308 Municípios, 269 enviaram informação, concluindo-se que houve Concelhos sobretudo no Norte do País onde fecharam 60 a 70 escolas como Chaves, Vila Real, Valpaços ou Ourém”, não sou eu que o digo era a comunicação à data do Jornal O Público, já aqui alguém disse da sua bancada que era um Jornal insuspeito e eu concordo é um Jornal insuspeito. Há aqui esta informação sobre o encerramento de escolas, dizer que na nossa perspetiva nós fizemos diferente, vou reiterar o que fizemos diferente. Primeiro, nós não encerramos escolas, apenas porque entendemos ter o modelo concentrado, que acolhe grande parte da nossa população estudantil até aos 10 anos num Centro Escolar, porventura esse não seria o modelo que defendemos, existe e temos que funcionar com ele. Por outro lado, dizer que connosco olhamos sempre para a questão das pessoas, das realidades, dos contextos e fizemo-lo e já o fizemos no passado em muitas freguesias em que ponderamos se, efetivamente não faria sentido manter a escola se houvesse uma perspetiva de reforço da respetiva comunidade estudantil, se assim se pode chamar, ou neste caso das respetivas turmas do número de alunos que expectavelmente pudessem vir a frequentar essa mesma escola. Mas a verdade, é que olhando para aquilo que foi Cimo de Vila e Vale de Anta, as informações que nós temos naturalmente e as informações que temos nesta data, a abril, são informações de expectativa de manifestação de interesse para o próximo ano letivo. Também sabemos e não podemos desconsiderar e a experiência do passado diz que em muitos casos, se inventaram putativos interessados e putativos estudantes apenas com o objetivo de que a escola não encerrasse porque estava no limiar e depois confirmou-se passado 2 meses, que afinal aquilo que era o número de alunos expectável, com o número de alunos que frequentavam ou estavam inscritos era menos de metade também, temos essa informação, hoje naturalmente com os instrumentos que existem é mais fácil perceber e validar esta informação ainda que naturalmente suscetível de erro. -----

Quanto à Escola Básica nº 5 de Casas dos Montes, reitero o que já disse antes, a única razão que nos motiva a dar este parecer e reitero também, a competência para o encerramento de escolas não é do Município é de emissão de parecer, o nosso parecer foi relativamente à Escola Básica nº5 de Casas dos Montes, que devia ser transferida para a Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, foi essa a nossa expressão de parecer e dissemos mais, dissemos que isso é por razões que têm a ver com a inexistência de condições das Infraestruturas e condições para poderem ser desempenhadas e desenvolvidas outras atividades, desportivas e extracurriculares. Respondo mais há pouco não foi dito também, digo e faço já aqui esta afirmação, a transferência de alunos de uma escola para outra não tem nada a ver com a intenção de alienar nenhum património. A Escola Básica nº5 de Casas dos Montes, não é para ser vendida, não é nossa intenção, nós não faremos como no passado vender património por razões de equilíbrio orçamental, não é isso que vamos fazer. A única coisa que vamos fazer é aquele edifício há de ter uma função social relevante, digo-lhe que se hoje tem uma função importante, a educação é uma função social relevante, no futuro o compromisso que eu deixo aqui é ter uma função social relevante. Qual vai ser? A seu devido tempo os Órgãos próprios do Município tomarão a decisão sobre essa matéria e como sabem a decisão não é minha. Obrigada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

António José dos Santos, pelo **PSD**, -----

Só vim aqui para esclarecer uma pequena situação que é a seguinte. -----
O senhor Presidente da Câmara disse que ainda não tinha tomado posse o Conselho Municipal de Educação. Eu gostava de saber qual foi a data da extinção do anterior, Conselho Municipal de Educação porque se realmente foi extinto, então há um vazio. Agora se me disser quando é que foi extinto o anterior, poder-me-á dizer que realmente ainda não tomou posse. Porque é assim, se ainda não havia a posse do novo Conselho Municipal de Educação porventura haveria um Conselho Municipal de Educação anterior e era esse que deveria ter sido ouvido então. Era ou não era senhor Presidente? Eu acho que sim. Assuma que realmente se esqueceu do que está legislado, que deve ser ouvido e não foi ouvido, mas não era por falta do Órgão porque ele existia. E depois, digo-lhe uma coisa, veio aqui dizer que eu não tinha memória, que não tinha história, está bem! Por isso, por não ter memória e por não ter história é que eu lhe digo que às vezes não vale a pena bater contra a parede. Às vezes o melhor uma pessoa dizer é assim, não vou em frente, porque senão ainda dou cabo da cabeça, às vezes com o senhor Presidente é melhor parar porque às vezes não tem argumentos para contrariar aquilo que é uma evidência e a evidência do encerramento das escolas ficou provada aqui. O senhor Presidente tomou a iniciativa de mandar encerrar as escolas, deu o parecer positivo para o encerramento das mesmas e a DGEST fez aquilo que foi o parecer. Assuma que foi a Câmara Municipal que decidiu encerrar as escolas, sendo que a DGEST é que tem que o fazer, certo? E assumo que realmente não ouviu os órgãos próprios e devia ter ouvido, porque nós vivemos num sistema e a Câmara devia estar em colaboração, em cooperação, em diálogo com os outros parceiros e isso não aconteceu, assumo que para a próxima terá que ouvir os parceiros. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Reitero cumprimentos, naturalmente à Mesa, aos membros do Órgão Executivo, aos senhores Deputados Municipais, aqui presentes. Dizer que nós já o conhecemos abundantemente, as suas posturas, já percebemos um bocadinho sobre a sua racionalização de pensamento e sobre esta matéria, sobre a questão da coerência da incoerência. Também, estamos todos conscientes de quem é quem, sobre isso penso que não haverá dúvidas neste espaço, sobretudo da maioria dos presentes neste espaço. Dizer que sim, por nos conhecermos é que eu digo o que digo, o senhor Deputado, é uma pessoa colaborante, cooperante, colaborativa é sempre assim nós sabemos e conhecemos essa sua postura, nós sabemos que o senhor Deputado está disponível sempre, para a solução, para a cooperação, sempre, sabemos disso, conhecemos a sua forma de atuar, de interagir aqui e noutro espaço, dizer-lhe sobre isso que estamos conversados. Não vale a pena tentar branquear a situação e dizer o que não é. Dizer uma coisa muito simples, primeiro reafirmar o que já disse antes que é: os Agrupamentos de Escolas dependem da DGEST, se há alguma questão que tem que ser colocada discutem-na internamente, nós não temos nenhum poder de hierarquia sobre os Agrupamentos de Escolas. Se alguma questão de informação, de discussão tivesse que ser discutida, então discute-se internamente. Agora outra coisa é com os parceiros, faria algum sentido nós fazermos uma reunião do Conselho Municipal de Educação sem a DGEST estar representada? Faria algum sentido? Quer me parecer que não. Portanto, sobre esta matéria eu percebo que queira fazer um cavalo de batalha. Faz um cavalo de batalha sobre uma escola mas não o fez sobre 60 ou 65 ou 67 e na altura podia tê-lo feito da mesma forma, vem agora dizer que na altura o senhor Presidente da Câmara teve que tomar uma decisão, essa decisão não foi ele que a tomou, ele deu o parecer agora provavelmente teria muito mais argumentos para tomar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

uma posição mais forte, mais consistente do que nós agora e o que lhe venho dizer aqui de forma clara dizer, primeiro curiosamente nem fui eu que subscrevi a comunicação mas eu assumo-a é da Câmara Municipal, é minha. Nessa perspetiva claramente dizer-lhe isto assim, que é minha, e que este parecer expresso foi no sentido de criar melhores condições para os alunos, primeiro porque eles são transportados de outras aldeias; segundo porque as infraestruturas educativas existentes não têm as melhores condições; depois porque já hoje são transportados para a outra escola à hora de almoço e o que isso significa em termos de logística de segurança para os alunos e de acréscimo de recursos humanos? Depois dizer que no novo espaço vão ter espaços desportivos, laboratórios, alguns deles que estão fechados podem abrir, podem ter também espaços de estudo, bibliotecas. Parece-me claro dizer assim, pode haver um sentimento de perda dos pais e dos encarregados educação, com certeza que sim e é compreensível, claro que é compreensível. Agora de forma racional, equilibrada olhando para aquilo que é o interesse dos alunos, dos meninos, dos processos de aprendizagem devemos estar aí concentrados. Reafirmar outra coisa é fundamental que nós possamos de forma colaborante, cooperante, com as escolas encontrar as melhores soluções, dizer que nem sempre teremos condições financeiras e os recursos para poder fazer tudo aquilo, que em cada momento podia ser feito também, reafirmo o que já disse aos senhores Diretores, a mudança de competências não vai fazer com que agora o Município tenha as disponibilidades que antes o Ministério da Educação não teve, isso não pode acontecer, porque não há recursos e conhecem bem o processo exigente que temos feito de superação financeira e nessa perspetiva entendemos que temos que continuar a gerir de forma parcimoniosa, de forma criteriosa os nossos recursos. -----
Obrigado. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 3 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 4 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES –
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021. INFORMAÇÃO N.º 42/DEAS/2022. PARA
CONHECIMENTO -----

No uso da palavra a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, **Maria do Céu Teixeira de Moraes Sevivas**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa do Relatório. -----

“Bom dia, ao senhor Presidente da Assembleia, aos restantes membros da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Deputados, aos senhores Presidentes de Junta e restantes elementos. -----

Um cumprimento especial para os membros da Assembleia, que têm assento na CPCJ. Estou presente nesta Assembleia para apresentar o Relatório de Atividades referente ao ano de 2021. -----

Volto a fazer uma pequena abordagem ao funcionamento da CPCJ, pois julgo que estão presentes novos elementos. -----

A Comissão representa uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos das crianças e jovens e prevenir ou por termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

A intervenção das Comissões depende, do consentimento expresso e prestado por escrito, dos progenitores, do jovem maior de 12 anos e do responsável legal ou da pessoa que detenha a guarda de facto. -----

Caso seja negado o consentimento por qualquer um destes elementos, a CPCJ não pode intervir, remetendo o processo para o Ministério Público. -----

Caso posteriormente, decidam retirar o consentimento, podem fazê-lo em qualquer fase do processo. Vou fazer uma breve abordagem ao trabalho desenvolvido pela equipa da Comissão Restrita. -----

A Comissão Restrita é composta sempre por um número ímpar, nunca inferior a cinco membros, sendo estes com assento obrigatório: -----

O representante da Educação; -----

O representante do Município; -----

O representante da Segurança Social; -----

O representante das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social de Carácter Institucional) - 21 horas (só está a cumprir 7 horas) -----

O representante da Saúde. -----

Tendo nós um volume processual elevado, esta Comissão está posicionada no nível 3, o Ministério da Educação disponibiliza um representante a tempo inteiro, a Segurança Social em Chaves também disponibilizou um técnico com 21 horas semanais, sendo que foram retiradas 7 horas pela entidade patronal, por esta também se encontrar com défice de recursos humanos, devido à pandemia. -----

O representante da saúde(enfermeira) e o elemento cooptado, também este da saúde, estiveram ausentes devido à situação pandémica (estiveram presentes no rastreio a fazer os testes COVID19 ou na vacinação), no entanto, agilizavam consultas e outros serviços. -----

Devo referir que no ano 2021, o trabalho da CPCJ foi assegurado por mim, por duas técnicas do município, pela técnica da Segurança Social com apenas 14 horas semanais (quando deveriam ser 21) e pela técnica das IPSS com 7 horas semanais, quando deveriam ser 21. No corrente mês, o representante da Saúde já iniciou as 21 horas semanais. -----

Aquando da receção de qualquer tipo de sinalização, a mesma é analisada numa primeira fase pela presidente, procedendo-se logo à abertura ou reabertura do Processo de Promoção e Proteção, sendo posteriormente revisto em reunião restrita (quinzenais ou extraordinárias, mediante cada situação) e aí é deliberada ou não a instrução do processo. -----

Os processos são atribuídos a dois técnicos que os vão trabalhar, fazendo as diligências necessárias para assegurar o bem-estar das crianças ou caso estejam expostas a um perigo/ risco eminente, afastá-las deste e colocá-las em segurança (neste caso com ou sem consentimento, art. °91). -----

(Diligências: entrevistas aos progenitores, crianças/jovens, pedir informação escolar/saúde, família alargada e outras entidades que possam acrescentar informação pertinente ao processo). -----

De referir que todas as decisões são tomadas em reunião de Comissão Restrita. -----

Relativamente aos elementos da Comissão Alargada, estes não têm acesso a processos, uma vez que o trabalho da Comissão Restrita é sigiloso e daí todos os dados do relatório serem convertidos em números. O seu trabalho é extremamente importante, uma vez que se centra na prevenção, promoção e dinamização de atividades que visam os direitos das crianças. -----

As atividades relativas à prevenção, não foram realizadas presencialmente devido ao estado pandémico vivido por todos nós, contudo foram divulgadas, quer nas redes sociais, nos jornais locais e junto das escolas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Devo salientar a necessidade e a importância do trabalho em rede com outras instituições por forma a melhorar resultados e consequentemente conseguir dar uma resposta adequada a cada situação tendo sempre em conta o superior interesse da criança. -----

Por se revelar extenso e descritivo, em seguida apresentarei os pontos fulcrais do relatório que foi enviado para a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Ministério Público, em fevereiro do presente ano. -----

No ano de 2021, a Comissão de Chaves trabalhou 230 processos, sendo que destes, 84 transitaram do ano de 2020; foram instaurados 98 processos novos; ----- 5 vieram remetidos de outras comissões e reabertos 43. -----

(Os processos reabertos têm em conta crianças ou jovens com processo prévio na CPCJ, tendo sido arquivados, e voltando posteriormente a ser sinalizadas, uma vez que os processos só podem permanecer na Comissão 18 meses, que é o limite temporal para acompanhamento dos mesmos, excecionalmente, podendo ultrapassar esse tempo, com ordem do MP, instância superior à CPCJ. -----

Há situações em que a pedido dos jovens, após atingirem a maioridade, continuam a ser acompanhados até aos 25 anos.). -----

Foram trabalhados e arquivados liminarmente, 3 (devido a informação errada na sinalização). -----

Havia 229 processos com medida e 1 transitado (transferência para outra Comissão por alteração da residência), o que perfaz um total de 230 processos. Este último ponto ocorre aquando da mudança de residência da criança para outro concelho, ficando a cargo da CPCJ da área abrangente correspondente à área de residência. -----

Quanto às entidades que mais sinalizaram foram as autoridades policiais, PSP e GNR, com 41 processos, nos quais as problemáticas têm por base crimes de violência doméstica entre os progenitores e consequentemente, com a exposição das crianças a estes comportamentos. Seguem-se os Estabelecimentos de Ensino com 40 sinalizações, relacionados com o elevado número de absentismo e abandono escolar; (este ano verificou-se um aumento de sinalizações por parte das escolas devido à pandemia); o Ministério Público sinalizou 20; os Estabelecimentos de Saúde 20 e, por fim, alguns foram sinalizados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, por vizinhos e particulares - 6 e pelos próprios progenitores - 5. -----

Com o aumento do número de divórcios, também aumentou o número de denúncias realizadas pelos progenitores. Grande parte do comportamento vivido por estas crianças ou jovens, refletem o ambiente familiar em que estão inseridos e, apesar de as técnicas tentarem mediar estes conflitos entre os progenitores, alertando-os e elucidando-os relativamente à forma de agir, os comportamentos prévios são repetidos, mantendo a criança em situação semelhante. -----

Tem-se verificado um aumento de problemáticas inerentes à violência doméstica, à falta de autoridade dos progenitores, quer em famílias nucleares, quer em famílias reconstituídas. Devo salientar que existem muitos pais que se demitiram da sua função de educar, de impor autoridade, persistência e determinação para manter os filhos em segurança, não exercendo sobre as crianças/jovens quaisquer poderes ou influência positiva, deixando-os falar de forma abusiva, sendo estes a impor as regras no seio familiar. -----

Relativamente à modalidade de contacto para a CPCJ, o correio eletrónico é o mais utilizado, com 94 sinalizações, seguindo-se o escrito com 61 (sendo algumas anónimas). Quanto ao número de crianças acompanhadas no ano de 2021, tivemos dos zero aos 5 anos, 44 crianças; dos 6 aos 8 anos, 17; dos 9 aos 10 anos, 12; dos 11 aos 14 anos 49; dos 15 aos 17 anos 37; dos 18 aos 21 anos, 12 e não caracterizados 58 (na plataforma informática não foram introduzidos os dados relativos à escolaridade). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Crianças acompanhadas por nacionalidade, a grande maioria -180- era de nacionalidade portuguesa, no relatório que foi enviado vêm mencionadas 34- crianças de nacionalidade desconhecida, não é desconhecida, simplesmente na altura em que foram introduzidos os dados na plataforma, a técnica do processo não introduziu a nacionalidade; os restantes foram 7- do Brasil; 5 de França; 2 da Suíça e 2 de Espanha. A problemática mais frequente foi a exposição a violência doméstica (total 45), sendo, que do zero aos 2 anos, eram 5 processos; -----

Na faixa etária dos 3 aos 5, a falta e supervisão e acompanhamento foi a mais sinalizada com 8 processos e violência doméstica com 5. -----

Dos 6 aos 8 anos, 8, seguindo-se com 4 processos a problemática; falta de supervisão e acompanhamento; -----

Dos 9 aos 10 anos, 7 de violência doméstica, seguindo-se também com 4 de falta e supervisão e acompanhamento; -----

Dos 11 aos 14 anos, 12 de violência doméstica, seguindo se a problemática, de comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina, com 10 processos; 8 de abandono escolar; 7 de Falta de supervisão e acompanhamento e 2 de importunação sexual. -----

Dos 15 aos 17 anos, a problemática mais sinalizada passou a ser absentismo escolar com 15-13; seguindo-se comportamentos graves anti sociais ou de indisciplina com 12 e a violência doméstica com 7; -----

Dos 18 aos 21 anos, havia 7 processos de absentismo escolar, 2 de abandono escolar e 2 de mau trato físico. -----

A Comissão faz uma avaliação diagnóstica que pode ir até aos 6 meses e a partir daí e caso seja necessário é aplicada uma medida de Promoção e Proteção, senão é arquivado. -----

Apesar da lei prever muitas medidas, a Comissão, a que mais aplicou foi a de apoio junto dos pais, com 55 processos, por forma a privilegiar o acompanhamento em meio natural de vida evitando o corte de laços familiares. -----

Seguem-se as medidas de apoio, junto de outro familiar, 5; acolhimento residencial, 10; e confiança a pessoa idónea, 3 crianças. -----

(As crianças só são retiradas aos progenitores, caso estes ou a família alargada, (avós, tios, primos) não consigam dar resposta. Se houver um familiar que queira responsabilizar-se pelas crianças e reúna condições, nunca irão para uma instituição, pois esta medida é aplicada em última instância.) -----

Geralmente nós fazemos o acolhimento residencial na Escola de Artes e Ofícios, no Patronato de São José, na Casa da Criança na Régua, na Associação Via Nova, em Vila Real e as Florinhas da Neve, por serem mais próximos. -----

Devo referir também, que nem sempre há resposta para as institucionalizações. -----

Todos os dados deste Relatório estão na plataforma informática da Comissão Nacional, porque à medida que se trabalham os processos, são introduzidos na mesma e é a partir daí que a Comissão Nacional faz um cálculo e atribui uma verba às Comissões, que são geridas pelos Municípios, em função do volume processual de cada Comissão. -----

Vou salientar também, o apoio prestado pela equipa da parentalidade positiva, pela equipa da Ação Social do Município, Segurança Social, RSI (Rendimento Social de inserção), DGRS (direção geral de reinserção social), equipas de mediação dos Agrupamentos, Escolas, hospitais de Vila Real e Chaves - CHTMAD, Centros de Saúde e Cruz Vermelha Portuguesa - delegação de Chaves, que sempre que é necessário, colaboram connosco. -----

Ainda há uma grande lacuna a nível de instituições que possam dar uma retaguarda eficiente, sendo o (CAFAP-Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental), que não existe em Chaves, de extrema importância, pois há situações em que nós não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

conseguimos dar resposta, e este trabalho em rede faz com que se consigam superar ou atenuar alguns problemas. – Gestão financeira - higiene da casa - confeccionar alimentos. -----

O Município tem estado sempre disponível para assegurar os meios necessários ao bom funcionamento desta CPCJ, tendo destacado a tempo inteiro, uma administrativa e duas técnicas superiores. Gostava de concluir com um agradecimento ao senhor Presidente pelo apoio e disponibilidade demonstrada, pois sempre que a CPCJ requer apoio logístico, nomeadamente, viaturas, materiais, técnicos de informática ou qualquer outro serviço, somos atendidos com prontidão. -----

Gostaríamos de poder continuar a contar com a colaboração do senhor Presidente.” --- Obrigada e bom dia a todos -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados Municipais: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores membros eleitos, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação social e demais presentes. -----

“As comissões de proteção de menores, criadas pela Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, com as devidas alterações pela Lei nº 31/2003 de 22 de Agosto, a Lei nº 142/2015, de 8 de Setembro e a Lei nº 23/2017 de 23 de Maio, definem-se como instituições oficiais não judiciais, com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. -----

O relatório de atividades de 2021 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves apresentado aqui hoje pela Sr.^a Presidente da CPCJ, de forma bastante esclarecedora, permite-nos múltiplas análises dos dados, mas gostaria de sublinhar três pontos que me parecem fundamentais e nos ajudam a perceber a extrema importância do trabalho das comissões e do trabalho em rede, a saber: -----

1) A Caracterização processual, com a indicação do número de processos, diferenciando as faixas etárias e as problemáticas sinalizadas. -----

É fundamental existir um conhecimento real, objetivo e quantificável dos processos, com a categorização das idades e das problemáticas associadas, estabelecendo-se, desta forma, objetivos claros para a definição, construção e acompanhamento do projeto de vida da criança ou jovem em perigo e estratégias de intervenção adequadas e adaptadas em toda a comunidade, sem esquecer a individualidade de cada criança ou jovem, destacando assim o trabalho em rede, sendo essencial e premente para a obtenção dos objetivos a que se propõe a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Sublinho ainda o facto de ser nas faixas etárias dos 11-14 anos e 15-17 anos onde existe o maior número de processos instaurados, 65 e 52, respetivamente, registando como motivos: o absentismo escolar, o abandono escolar, a violência doméstica e a negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar. Destacando-se as entidades que mais sinalizam as situações de perigo: a autoridade policial e os estabelecimentos de ensino, com 41 e 40 sinalizações, respetivamente, durante o ano de 2021. -----

2) Os acordos de promoção e proteção celebrados, por medida. -----

Relativamente a estes, os dados mostram-nos que, transversalmente a todas as faixas etárias, a medida que mais se aplica é a de “Apoio Junto aos Pais”, privilegiando o superior interesse da criança, mantendo-a no seu meio familiar, por forma a permitir a estabilidade emocional e desenvolvimento integral da mesma, com intervenção e acompanhamento técnico, com orientação na reorganização das dinâmicas sócio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

familiares, pelo que se verifica a importância e imprescindível participação de todos os intervenientes ativos no processo. -----

3) *Processos arquivados ou cessados* -----
E por último, mas não menos importante, é de destacar o arquivamento ou cessação dos processos que, segundo os dados de 2021, deve-se na sua grande maioria ao facto de a situação de perigo já não subsistir (com 36 PF's) ou de a situação de perigo não se confirmar (com 17 PF's) arquivados. -----

*Estes indicadores levam-nos a considerar que o sucesso da intervenção, deve-se sempre ao trabalho em rede e em parceria, à participação ativa da comunidade e da relação parceira com o Estado. E é precisamente aqui que reside o modelo de proteção de crianças e jovens, em vigor desde 2001, um modelo capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. -----
Assim, uma vez mais verifica-se a necessidade e pertinência do trabalho de parceria e em rede, e neste sentido, gostaria de salientar o trabalho meritório de todas as CPCJ's e em particular ao trabalho notável da CPCJ de Chaves."* -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, disse, cumprimentos novamente. É uma intervenção rápida, agradeço a intervenção da Presidente da CPCJ, subscrevo toda a intervenção da Deputada Municipal do Partido Socialista e queria só fazer dois comentários. Eu acho que se há algum reparo, que tem também a ver com características pessoais é que eu acho que quando vem aqui alguém da CPCJ, não tem que estar a pedir desculpa pela maçada que dá, porque têm uma função essencial geralmente a sociedade só se recorda quando alguma coisa corre muito mal. A CPCJ, e nós, temos o dever de considerar que a atividade da CPCJ é uma atividade essencial, na dignidade humana e na dignidade social, todos devemos estar atentos e todos devemos estar reconhecidos. É importante que se diga, que se reconheça, o apoio da autarquia, ele é indispensável, e é importante que se reconheça, que os Serviços Públicos, o Estado, as Escolas, os Hospitais, os Tribunais, as Autarquias, têm que estar ao serviço das populações, como uma forma de corrigir as desigualdades sociais, porque se nós sabemos que há vários casos da CPCJ que não têm a ver propriamente com questões socioeconómicas, infelizmente a grande maioria dos casos têm. Finalmente, que eu me recorde levantou aqui uma questão, que é uma questão muito importante que é como é que a sociedade, como é que a CPCJ, como é que a Autarquia, como é que o Estado, como é que todos nós organizamos um processo de reinserção? Porque com frequência, os jovens têm depois uma proteção, aqueles que são institucionalizados, têm uma proteção até aos 18 anos, sabemos agora que há a possibilidade de estenderem a proteção até aos 21 anos, mas a Sociedade, o Estado, a Autarquia e todas as instituições têm que ter projetos que ajudem a reinserção desses jovens, que no fundo são vítimas do azar, de terem nascido em muitos casos nas famílias erradas, mas que há uns que não são culpados, seguramente, que são eles próprios e é nossa obrigação protegê-los como é obrigação da Assembleia Municipal, continuar, a apoiar, a estimular, a reconhecer e a aplaudir o trabalho da CPCJ. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse, permitam-me que como Presidente da Assembleia Municipal subscrever a intervenção do senhor Deputado Manuel Cunha e da senhora Deputada Melissa Lopes, que também é representante da Assembleia Municipal na CPCJ. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Renovo cumprimentos à Mesa, na pessoa do senhor Presidente, aos senhores membros do Órgão Deliberativo, aos senhores Deputados Municipais, e a todos aqueles que afincadamente aqui continuam neste espaço. -----

Naturalmente, as primeiras palavras, são para a senhora Presidente da CPCJ, pela contextualização e pela informação que nos foi dada, próxima e reveladora do conhecimento daquilo que são as dinâmicas e as questões que são suscitadas quotidianamente na CPCJ, aquilo que é um trabalho fundamental de parceria, de articulação, de trabalho conjunto naquilo que é uma problemática muito difícil, como é com crianças e jovens que têm um conjunto de comportamentos e têm sobretudo contextos familiares muito difíceis. A sua intervenção, é uma intervenção sempre inacabada, in conseguida, mas é permanentemente desafiante e acredito que de facto a equipa que a CPCJ tem, e que resulta como muito bem explicou do contributo de muitas entidades, que fazem um trabalho importante com as entidades judiciais, naturalmente em rede com as escolas, que de facto, possa prosseguir, na nossa perspetiva. Por um lado, agradecer e reconhecer esse trabalho e por outro lado, incentivar e entusiasmar, para que possamos ter progressivamente respostas mais capazes, e mais consentâneas com as necessidades que diariamente são suscitadas. Reafirmar esse princípio de cooperação, e sendo, o Município um dos parceiros desse processo e procurando estar sempre disponível para encontrar as melhores soluções. Dizer, que o Município não tem competências em matéria de criação de respostas, para aquilo que são os jovens para a vida adulta, não tendo condições infraestruturais, nem financeiras, para o fazer essa é, também, uma obrigação da Administração Central e eu devo dizer que passa neste momento a ideia de que os municípios, têm de fazer tudo ao mesmo tempo, isso não é possível. Esta ideia crescente que se tem gerado nas nossas comunidades, que o Município tem que responder a todas as questões, independentemente do grau de responsabilidade, no limite, vai fazer com que nós façamos mal aquilo que temos que fazer bem. Temos que ter esta noção sempre presente, porque quem quer fazer tudo e tudo ao mesmo tempo normalmente, não faz nada bem. Acho que temos que ter prioridades, sabendo que temos que trabalhar em parceria, mas sabendo também, quem é que tem que liderar os processos, em cada momento e em cada matéria, nós conhecemos bem essa dinâmica, esse funcionamento, estamos sempre disponíveis para parcerias, mas não para ocupar espaços de outros e nesta matéria, esse é um espaço que é sobretudo da área da Social e da Administração Central e não nosso. Estamos disponíveis para encontrar parcerias e para mobilizar recursos sempre, não assumindo as lideranças, porque não são esses os nossos momentos e eu acredito que ainda temos muito trabalho para fazer, naquilo que são as nossas competências próprias e há muito trabalho a desenvolver. Por outro lado, também, agradecer a forma sistematizada, informada que foi apresentada pela senhora Deputada Melissa Lopes, do PS, que é uma das representantes deste órgão na CPCJ na Comissão alargada, enfim, agradecer essa explicitação e a nós neste papel o que nos incumbe, é felicitar e incentivar, porque se estão a fazer um importante trabalho, tão importante para a comunidade e certamente que os nossos jovens e as nossas crianças ficarão mais protegidos e mais salvaguardados, com o melhor que todos nós formos capazes de fazer, esse papel liderado pela nossa CPCJ. Obrigado. --

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento, referindo que a segunda secretária da Mesa também é membro da CPCJ, agradecer a missão que está a cumprir enquanto membro da mesma. Muito obrigado senhora Presidente da CPCJ, pela informação que nos trouxe, pela sua exposição e pelo Relatório que aqui nos apresentou. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021. INFORMAÇÃO Nº09/DGF/2022. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. ---- Bom dia novamente, cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, os senhores secretários, senhora e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, caras e caros Presidentes de Junta e das Uniãos de Freguesias, público aqui presente, caros cidadãos e também aos elementos da equipa de apoio logístico na sua ação concertada tão importante para que esta Assembleia possa funcionar. É de facto, um momento importante estarmos a prestar contas relativamente, ao exercício de 2021. Não trago uma novidade, a intervenção que vou fazer aqui já é conhecida foi feita na sua principal essência na Câmara Municipal e aliás, é o que eu penso de forma muito sintética sobre aquilo que foi o desempenho do Executivo Municipal no ano económico que findou no dia 31 de dezembro de 2021. -----

“A prestação de contas visa aferir o grau de execução dos documentos previsionais aprovados para o respetivo período em análise, na ótica orçamental, patrimonial e económica. -----

Os documentos financeiros produzidos nesse contexto permitem ainda conhecer a real situação económica, financeira e patrimonial do município de Chaves, bem como os resultados obtidos no respetivo exercício. -----

Este é igualmente o momento oportuno para conhecer a atividade autárquica mais relevante, concretizada no período anual anterior, em áreas tão importantes como a Educação, Ação Social, Saúde, Proteção Civil, Atividade Económica em Geral, Habitação, Abastecimento de Água e Saneamento, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, Cultura, Turismo, Atividades Industriais, Transportes e outras, traduzidas quer em atividades de natureza corrente, quer em investimentos constantes no correspondente Plano Plurianual. -----

Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), e, em consequência, alterada a estrutura e alguns conceitos do sistema contabilístico a que se encontram vinculadas as autarquias locais.-----

O SNC-AP, é composto por três anexos, o primeiro relativo à Estrutura Concetual (EC), destinado à contabilidade pública; o segundo anexo, atinente às Normas de Contabilidade Pública, de natureza financeira, orçamental e de gestão, e o último anexo, diz respeito ao Plano de Contas Multidimensional, abrangendo a contabilidade orçamental, financeira, nacional, inventário e cadastro. -----

A prestação de contas integra uma panóplia muito extensa de peças de relato, designadamente relativas às demonstrações financeiras individuais, às demonstrações financeiras previsionais, às demonstrações orçamentais, à contabilidade de gestão e a outros documentos genéricos e à Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso. ---- Este exercício de “accountability” por parte do executivo municipal está marcado, aliás como o do ano anterior, de forma indelével, pelos efeitos nefastos da pandemia da Covid-19, desafio global que exigiu de todos, instituições públicas e privadas, governos nacionais e locais, empresas, IPSS (s) e cidadãos, uma atitude de permanente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

superação e resposta integral às múltiplas necessidades evidenciadas pelas respetivas comunidades. -----

Responder aos desafios suscitados pela COVID-19, nas dimensões da saúde, da economia e do social, exigiu cooperação, colaboração e adequada articulação entre todos os atores existentes no espaço da governação, nos diferentes níveis, o que permitiu, quase sempre, encontrar as melhores soluções para os problemas existentes. O Município de Chaves esteve sempre alinhado com essa estratégia e soube encontrar, em cada momento, ainda que de forma progressiva, as respostas que a comunidade local demandou. -----

Ainda assim, foi possível ao município de Chaves, no exercício em apreciação, garantir adequada execução dos investimentos aprovados, desagregar as finanças das famílias e das empresas, reforçar a qualidade do portfólio dos serviços públicos municipais, incrementar a estratégia de captação de investimento privado e promoção da empregabilidade no concelho, mas sobretudo propiciar aos flavienses maior qualidade de vida e bem-estar. -----

Avaliemos, então, os indicadores ou evidências do nível de desempenho alcançado no ano de 2021, nas dimensões que se deve estruturar a prestação de contas, orçamental, económica e patrimonial, dando ainda nota, necessariamente de forma sumária, das atividades mais relevantes desenvolvidas, em sede de grandes opções do plano, em termos de funções gerais, económicas e sociais. -----

I. No que concerne ao desempenho orçamental, entendo que se devam evidenciar os seguintes aspetos: -----

No ano transato, o valor global da receita cobrada pelo município de Chaves alcançou o montante de € 46.446.589,42, o que representa uma taxa de execução de 85,22%, garantindo, assim, o cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 56.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Esta execução financeira deveu-se a uma gestão criteriosa e responsável, ao cumprimento da lei das finanças locais, que melhorou a distribuição dos impostos nacionais pelas autarquias locais e aos reembolsos decorrentes da execução de investimentos financiados por fundos europeus. -----

Ao nível da receita, as rubricas que merecem destaque, pela materialidade financeira das mesmas, são as transferências e subsídios correntes, no valor de € 17.134.826,41, as transferências de capital, no montante de € 8.174.959,21, os impostos diretos, no valor de € 6.547.775,60, a venda de bens e serviços correntes, com o valor de € 4.963.935,90, os rendimentos de propriedade, € 2.046.320,67, e as taxas, multas e outras penalidades, com a cifra de € 968.961,62. -----

Em síntese, no ano findo, se analisarmos de forma desagregada a receita, poder-se-á concluir o seguinte: -----

- A receita corrente concretizou-se em € 31.772.720,16, significando, portanto, uma taxa de execução de 94,04%, relativamente ao orçamentado; -----

- A receita de capital fixou-se em € 16.457.203,61, o que traduz uma taxa de execução de 62,29%; -----

- As outras receitas atingiram o valor de € 6.431.757,46, revelando, por isso, uma taxa de execução de 100,09%. -----

No que concerne à despesa global paga, no exercício económico de 2021, a taxa de execução foi de 76,07%, o que corresponde à arrecadação do valor de € 41.460.897,37,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sendo € 25.003.693,76, de natureza corrente, e € 16.457.203,61, de capital, o que representa, 89,03% e 62,29%, respetivamente. -----

Nos agregados da despesa corrente, merecem referencia particular as despesas com a aquisição de bens e serviços, no valor de € 10.841.243,35, com pessoal, no montante de € 9.964.701,03, com transferências e subsídios correntes, no valor de € 3.248.347,67, outras despesas, no valor de € 745.775,78, e com juros e outros encargos, no montante de € 203.625,93. -----

No que concerne à despesa de capital, merecem destaque o agregado relativo à aquisição de bens de capital, no valor de € 12.403.363,50, aos passivos financeiros, no montante de € 2.349.288,95, e às transferências de capital, no valor de € 1.704.551,16. Destarte, comparando a receita e a despesa global, mas em particular a receita corrente com a despesa corrente, resulta evidente que no exercício em exame foi financiado investimento, ou seja, despesas de capital, com base em receita corrente, o que constitui um sinal de boa gestão e de enriquecimento patrimonial do município. -----

Efetivamente, no ano de 2021, a diferença entre o valor das receitas correntes e o valor das despesas correntes, foi de € 9.517.699,76, ou dito de outra forma, a poupança corrente foi desse valor, o que permitiu financiar investimento, de idêntico valor. -----

A título de nota substantiva, deve ser evidenciado que: -----

- A execução global, no ano em análise, superou os 80%, o que representa uma gestão criteriosa, equilibrada na dimensão corrente e de capital; -----

- Crescimento significativo da alocação de recursos financeiros nas funções sociais e económicas no computo da GOP(s), revelando, assim, uma estratégia de apoio social e dinâmica económica; -----

- Melhoria nos indicadores de autonomia financeira e capacidade de geração de receitas próprias, diminuição das receitas cobradas localmente, o que traduz menor peso para os empresários locais e famílias flavienses, e a diminuição das despesas de funcionamento na despesa total; -----

- O serviço da dívida representa apenas 0,23% da despesa total executada; -----

- Redução substancial dos juros e outros encargos relativamente a período homologo, mas sobretudo relativamente a 2017, pois compara, € 1.004.409,68, com € 203.625,93, donde resulta uma redução de 393,26%, em termos absolutos, são menos € 800.783,75;

- Redução da dívida total em 8,85%, relativamente ao período homologo anterior, o que significa a consolidação de uma trajetória de redução significativa da dívida do município, iniciada em 2017, cujo montante global era de € 38.092.173,11, sendo que no final do exercício findo se concretiza em € 22.847.406,42, o que traduz uma redução, em quatro anos, de 40,02%, o que, em termos absolutos, representa menos € 15.244.767. -----

- Aumento expressivo da capacidade de endividamento do município de Chaves, traduzido na margem de endividamento, quer em termos absolutos, que passou de € 5.555.820,50, em 2017, para € 24.736.037, em 2021, quer naquela que é possível utilizar anualmente, que passou de € 1.044.240,50, para € 4.947.207,40, em igual período. -----

II. Desempenho na dimensão económico-financeira: -----

Nesta dimensão pretende-se aferir se o município de Chaves, no período em avaliação, melhorou, ou não, a respetiva situação económico-financeira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Tendo em consideração o balanço, à data de 31.12.2021, pode constatar-se que o ativo, num ano, cresceu de € 155.440.545,14, para € 161.325.625,80, o património líquido concretizou-se em € 133.978.770,24, cresceu, portanto, € 7.470.384,14, sendo que o passivo total consolidou a redução expressiva evidenciada nos últimos quatro anos, 2018-2021, situando-se, no final de 2021, em € 27.346.855,56, que compara com € 88.285.590,77, no final de 2017, são, portanto, menos € 60.938.731,21. -----

No que concerne ao ativo imobilizado, no exercício findo, as referências que devem ser colocadas em evidência, mais do que o imobilizado bruto, no montante de € 305.673.540,54, são, primeiro, as amortizações realizadas neste período, no valor € 6.441.881,91, e, depois, as provisões, concretizadas em € 974.628,68. -----

Também os resultados relativos ao exercício findo continuam positivos, pois o resultado líquido do período, concretizou-se em € 1.501.027,25. -----

Sem menosprezar as referências positivas feitas quanto ao balanço e à demonstração de resultados, cujos respetivos mapas integram a prestação de contas em avaliação, que traduzem uma melhoria da situação económica do município de Chaves, vou agora ater-me, ainda que necessariamente de forma breve, a matéria de cariz mais financeiro. No que concerne à dívida total do município de Chaves, tomando por referência as fichas do município obtidas no portal autárquico, gerido pela Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), relativas à prestação de contas de 2017, e o cálculo efetuado pela Divisão de Gestão Financeira relativa ao último trimestre de 2021, pode concluir-se o seguinte: -----

- O limite da dívida total do município de Chaves (1,5 a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos, cfr. artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), passou de € 40.993.463,98, no final do ano de 2017, para € 46.024.918,89, no final de 2021; -----*

- A dívida total do município de Chaves, era, no final do ano de 2017, de € 38.092.173, e decorridos quatros anos, situa-se em € 22.847.406, ou seja, são menos € 15.244.767, o que, em termos percentuais, significou um corte expressivo de 59,97%; -----

- A dívida total, excluindo não orçamentais, capital excepcionado e o FAM, era, no período referido no parágrafo anterior, respetivamente, de € 35.691.309 e € 20.825.898, ou seja, encolhe € 14.865.411, o que representa uma redução de 58,35%. -----

Concluída que foi a análise da evolução orçamental, mas também as referências tidas por pertinentes, quanto ao desempenho económico e financeiro, no exercício em avaliação, ou seja, o período de 2021, importa, agora, dedicarmos alguma atenção à execução das Grandes Opções do Plano. -----

Como é do conhecimento dos membros desta assembleia municipal, as Grandes Opções do Plano (GOPs), constituem-se como um instrumento de planeamento estratégico, de curto e médio prazos, estruturando-se por objetivos, programas, projetos e ações, sendo que incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI). -----

A execução das GOP(s), no ano de 2021, concretizou-se em € 22.290.584,02, correspondendo a uma taxa de execução anual de 65,82%, distribuída, em termos de objetivos/programas, no seguinte quadro síntese: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Entidade: Município de Chaves		Período: 01/01/2021 a 31/12/2021		Ano Contábil: 2021					
Objetivo	Designação do projeto	Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS	3 156 325,70€	10 158 823,02€	13 315 148,72€	1 749 893,20€	2 045 583,10€	3 795 476,30€	64,81%	28,50%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2 533 574,45€	8 802 702,50€	11 336 276,95€	1 749 249,21€	1 573 642,86€	3 322 892,07€	62,11%	29,31%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 562 327,10€	6 840 322,63€	8 402 649,73€	1 593 372,53€	966 241,63€	2 559 614,16€	61,85%	30,46%
1.1.2.	ADMINISTRAÇÃO GERAL, TERMAS	971 247,35€	1 962 379,87€	2 933 627,22€	155 876,68€	607 401,23€	763 277,91€	62,54%	26,02%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	622 751,25€	1 356 120,52€	1 978 871,77€	643,99€	471 940,24€	472 584,23€	75,78%	23,88%
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	622 751,25€	1 356 120,52€	1 978 871,77€	643,99€	471 940,24€	472 584,23€	75,78%	23,88%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	18 230 535,38€	67 454 736,23€	85 685 271,61€	6 409 084,17€	12 784 135,99€	19 193 220,16€	70,12%	22,40%
2.1.	EDUCAÇÃO	1 845 992,02€	5 702 080,73€	7 548 072,75€	1 593 444,99€	1 431 833,58€	3 025 278,57€	77,56%	40,08%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	1 845 992,02€	5 702 080,73€	7 548 072,75€	1 593 444,99€	1 431 833,58€	3 025 278,57€	77,56%	40,08%
2.2.	SAÚDE	50 178,46€	101 762,32€	151 940,78€		17 057,34€	17 057,34€	33,99%	11,23%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	50 178,46€	101 762,32€	151 940,78€		17 057,34€	17 057,34€	33,99%	11,23%
2.3.	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS	355 575,62€	1 816 811,45€	2 172 387,07€	254 444,49€	313 417,84€	567 862,33€	88,14%	26,14%
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	355 575,62€	1 816 811,45€	2 172 387,07€	254 444,49€	313 417,84€	567 862,33€	88,14%	26,14%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	11 610 725,23€	48 668 190,12€	60 278 915,35€	2 791 253,22€	8 500 644,01€	11 291 897,23€	73,21%	18,73%
2.4.1.	HABITAÇÃO	2 229 688,92€	2 232 000,00€	4 461 688,92€	729 199,69€	1 222 769,71€	1 951 969,40€	54,84%	43,75%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1 453 298,30€	9 033 243,62€	10 486 541,92€	1 289 020,26€	742 668,18€	2 031 688,44€	51,10%	19,37%
2.4.3.	SANEAMENTO	3 056 470,58€	17 865 604,29€	20 922 074,87€	240 048,26€	2 684 771,79€	2 924 820,05€	87,84%	13,98%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3 027 671,69€	12 247 313,58€	15 274 985,27€	405 923,81€	2 161 422,04€	2 567 345,85€	71,39%	16,81%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	1 613 838,00€	5 655 856,52€	7 269 694,52€		1 527 288,97€	1 527 288,97€	94,64%	21,01%
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	229 757,74€	1 634 172,11€	1 863 929,85€	127 061,20€	161 723,32€	288 784,52€	70,39%	15,49%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS RECREATIVOS E RELIGIOSOS	4 368 064,05€	11 165 891,61€	15 533 955,66€	1 769 941,47€	2 521 183,22€	4 291 124,69€	57,72%	27,62%
2.5.1.	CULTURA	3 925 275,47€	4 980 499,82€	8 905 775,29€	1 120 052,85€	2 469 382,68€	3 589 435,53€	62,91%	40,30%
2.5.2.	DESPORTO RECREIO E LAZER	442 788,58€	6 185 391,79€	6 628 180,37€	649 888,62€	51 800,54€	701 689,16€	11,70%	10,59%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	12 263 358,48€	38 017 488,86€	50 280 847,34€	7 770 541,39€	7 302 882,79€	15 073 424,18€	59,53%	29,98%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	6 012 769,71€	10 180 693,27€	16 193 462,98€	1 726 659,21€	3 946 217,00€	5 672 876,21€	65,63%	35,03%
3.2.1.	ENERGIA	5 690 721,71€	9 377 168,68€	15 067 890,39€	1 561 755,61€	3 625 308,50€	5 187 064,11€	63,71%	34,42%
3.2.2.	ATIVIDADE INDUSTRIAL	322 048,00€	803 524,59€	1 125 572,59€	164 903,60€	320 908,50€	485 812,10€	99,65%	43,16%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	5 500 497,03€	15 734 593,04€	21 235 090,07€	5 874 940,02€	2 747 324,33€	8 622 264,35€	49,95%	40,60%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	5 500 497,03€	15 734 593,04€	21 235 090,07€	5 874 940,02€	2 747 324,33€	8 622 264,35€	49,95%	40,60%
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	159 937,57€	11 104 070,50€	11 264 008,07€	168 942,16€	38 069,83€	207 011,99€	23,80%	1,84%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	123 007,78€	11 104 070,50€	11 227 078,28€	168 942,16€	38 069,83€	207 011,99€	30,95%	1,84%
3.4.2.	TURISMO	36 929,79€		36 929,79€					
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	590 154,17€	998 132,05€	1 588 286,22€		571 271,63€	571 271,63€	96,80%	35,97%
3.5.1.	APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA E SUINICULTURA	590 154,17€	998 132,05€	1 588 286,22€		571 271,63€	571 271,63€	96,80%	35,97%
4	OUTRAS FUNÇÕES	216 876,54€	419 548,00€	636 424,54€		157 982,14€	157 982,14€	72,84%	24,82%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	216 876,54€	419 548,00€	636 424,54€		157 982,14€	157 982,14€	72,84%	24,82%
Total:		33 867 096,10€	116 050 596,11€	149 917 692,21€	15 929 518,76€	22 290 584,02€	38 220 102,78€	65,82%	25,49%

Nas funções gerais, cuja execução se concretizou em € 2.045.583,10, a subfunção mais representativa foi a relativa a “Serviços Gerais de Administração Pública”, com € 1.573 642,86, ou seja, 7,06% do Total da Despesa do PPI executado, verificando-se um acréscimo do montante executado de 66,60% face ao ano anterior. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

No âmbito das Funções Sociais, que evidenciam uma robusta execução, no valor de € 12.784.135,90, a Subfunção que mais contribuiu para a execução do PPI, foi a “Habitação e Serviços Coletivos”, que apresenta uma execução de € 8 500 644,01 e representa 73,21% da despesa executada do PPI, verificando-se um acréscimo do montante executado, de 238,74% face ao ano anterior. -----

A aludida subfunção, “Habitação e Serviços Coletivos”, agrega ou acomoda a despesa/investimento, relativo a saneamento, no montante € 2.684.771,79, abastecimento de água, no valor de € 2.161.422,04, e resíduos sólidos, no valor de € 1.527.288,97. -----

Ainda neste domínio, deve ser evidenciada a execução nas demais subfunções, pois apresentam relevância financeira, assim, na “Educação”, foi executado € 1.431.833,56, e no “Serviços Culturais Recreativos e Religiosos”, € 1.769.841,47. -----

No âmbito das Funções Económicas, as Subfunções que mais contribuíram para a execução do PPI, foram, “Indústria e Energia”, que alcançou uma execução de € 3 946 217,00, representando 65,63% da despesa executada do PPI, demonstrando um crescimento de 183,82%, do montante executado, face ao ano de 2020, e “Transportes e Comunicações”, reflete uma execução de 2 747 324,33€, traduzindo 49,95% do total de despesa executada no PPI. -----

Ainda no âmbito desta função, não posso deixar de destacar a execução alcançada no âmbito da subfunção “Outras Funções Económicas (Apoio à Produção Pecuária e Silvicultura)”, no valor de € 571.271,63. -----

Nas GOP(s) de 2021, as funções sociais, assumem inequivocamente a maior expressão financeira, tendo sido aquelas que também mais contribuíram para a execução do PPI, logo seguidas pelas funções económicas, as quais, em conjunto, representaram um investimento total de € 20.087.018,78. -----

Por último, algumas considerações genéricas sobre aspetos ainda não referidos e que gostaria de dar devido destaque. -----

No ano de 2021, foi possível incrementar o apoio financeiro às freguesias em matéria de competência própria das mesmas, para além do apoio material e logístico propiciado pelos serviços operacionais do município, em reconhecimento da insuficiência dos respetivos recursos próprios para responderem às necessidades das respetivas comunidades locais, que se concretizou em valor próximo de um milhão e duzentos mil euros, se considerarmos, também, o apoio concedido à Associação de Freguesias. ----

As instituições sem fins lucrativos, em particular associações desportivas, culturais e sociais, mereceram também uma atenção particular ao nível dos apoios financeiros concedidos, concretizados em mais de dois milhões de euros, como forma de reconhecimento, ainda que manifestamente insuficiente, do relevante papel que têm vindo a desempenhar juntos dos respetivos beneficiários que são, afinal, os nossos concidadãos. -----

Foi ainda possível, neste exercício, equilibrar financeiramente duas entidades participadas pelo município de Chaves, nas quais assume posição de controlo, a GEMC e APEPAT, a primeira afetada severamente na sua atividade principal por causa da pandemia da Covid-19, no ano de 2020, e a segunda com sucessivos resultados negativos, que urgia reduzir, em valor próximo de setecentos mil euros (€ 527. 898,81, e € 165.956,46, respetivamente) -----

No âmbito da resposta aos efeitos da pandemia da Covid-19, em particular a título de apoio a fundo não reembolsável às famílias e às empresas, o município de Chaves alocou € 910.804,77. -----

Estes resultados positivos, ao nível da receita foram alcançados, mesmo depois da consolidação da redução fiscal ao nível dos impostos locais, operada nos últimos quatro anos, particularmente ao nível do IMI, que agora se situa no mínimo legal, ou seja, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

0,30, e de ter reduzido e até isentado, no âmbito das medidas de combate aos efeitos da pandemia da Covid-19, o preço dos serviços essenciais, como o da água, os efluentes urbanos e os resíduos sólidos urbanos, publicidade, ocupação do domínio público, mercado e feiras. -----

O bom desempenho das finanças municipais permitiu ainda aumentar a capacidade de endividamento do município de Chaves, que, em finais de 2021, em termos de margem absoluta, se concretiza, como já foi afirmado antes, em € 46.024.918,89, situação que permitirá contribuir para a concretização de vários projetos há muito ambicionado pelos flavienses, estou naturalmente a referir-me, à piscina municipal coberta e ao pavilhão multiusos/desportivo, mas também à requalificação das vias municipais. -----

O desempenho da atividade municipal durante 2021 foi francamente positivo, tendo ficado evidenciada o acerto da estratégia adotada de reponderação das prioridades municipais, na estabilização crescente da despesa pública e no esforço na arrecadação de receita municipal, sem que tenham sido adotadas medidas que tenham causado impacto negativo nos rendimentos da população do concelho. -----

O quadro comunitário Portugal 2020 evidenciou uma melhoria do nível de execução no ano em análise, tendo revelado, em 2021, um impulso significativo, com a adjudicação de operações de elevado investimento público municipal, objeto de cofinanciamento europeu, encontrando-se, muitas concluídas e outras em fase de conclusão. -----

O município de Chaves, no ano em avaliação, cumpriu escrupulosamente as regras relativas ao limite de endividamento, aliás reforçou significativamente a respetiva capacidade de endividamento, bem como reduziu, expressivamente, o prazo médio de pagamentos, para mínimos históricos, tendo, desta forma, contribuído para a resiliência da economia local. -----

Devo, ainda, aqui referir que no ano de 2021, o município de Chaves não tinha qualquer dívida vencida a fornecedores, de facto, esta deve ser uma menção que deve orgulhar-nos a todos. -----

Em síntese, pode afirmar-se que o Município de Chaves enriqueceu o seu património, diminuiu substancialmente o passivo, reduziu, por isso, a dívida a terceiros, prestou serviços de qualidade aos cidadãos e às empresas, realizou obra significativa, visível, útil e sustentável, mas sobretudo reforçou a capacidade, diria mesmo a liberdade, de concretizar as prioridades sufragadas pelos flavienses no último ato eleitoral autárquico. Por último, quero deixar uma palavra pública de apreço a todos quantos contribuíram para o nível de desempenho evidenciado na prestação de contas, relativa ao exercício de 2021, com referência expressa a todos os membros dos órgãos municipais, executivo e deliberativo, naturalmente com maior relevo para os Senhores Vereadores em regime de tempo inteiro, que comigo diariamente trilham o mesmo caminho, aos dirigentes municipais das diferentes unidades orgânicas, aos muitos trabalhadores, das diferentes carreiras/categorias, que de forma diligente e comprometida realizam labores essenciais para a nossa vida em comunidade, às associações, às IPSS(s) existentes do concelho, às Freguesias, a todos os agentes do nosso concelho, mas sobretudo, aos flavienses que são a razão e a essência da nossa missão de serviço público. -----

Tenho dito. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: - Aproveito para efetuar uma pequena consideração que já devia ter feito, mas penso que chegou o momento, pois, estamos a discutir um assunto que é importante, que envolve as Freguesias. Queria pedir ao representante nesta reunião do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que transmita ao senhor Presidente da Junta que temos vindo a constatar, há já algum tempo, que o senhor Presidente de Junta de Santa Maria Maior, se faz sistematicamente substituir nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Assembleia. Está no seu direito de o fazer, mas é a casa da democracia, podemos dizer que é o Órgão máximo do Concelho, aqui estão representadas todas as forças políticas e, portanto, merece a consideração de toda a gente e sendo o senhor Presidente de Junta de Freguesia um elemento que está a tempo inteiro, como está o senhor Presidente da Câmara, como estão alguns dos senhores Vereadores, mais responsabilidade tem perante esta Assembleia. Tenho a máxima consideração pelo senhor Presidente de Junta, mas teria necessariamente, hoje, de fazer este pequeno reparo, pois é este Órgão que está em causa e é este Órgão que em cada momento tem que ser tido em consideração. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo PSD, -----

“Boa tarde a todos os presentes. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, caros Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, elementos de apoio a esta assembleia, órgãos de comunicação social presentes, flavienses. -----

Da análise do Relatório da Prestação de Contas do ano transato, o primeiro facto que salta à vista é que a Proposta de Orçamento de 2021 que foi aprovada pela anterior Assembleia Municipal não foi mais do que uma obrigatoriedade legal, já que várias são as rubricas que não foram respeitadas. Dir-nos-á, e com alguma razão, que orçamentar num período de tão grande incerteza como o que vivemos no último ano é um exercício de elevada dificuldade e eu não poderia estar mais de acordo. Contudo, houve alterações em ambos os sentidos em rubricas que nada tem a ver com a pandemia que nos assola. Por exemplo, face ao orçamentado, de acordo com o quadro 3 da página 175, foi executada apenas 76% da despesa prevista, sendo que a despesa de capital apenas foi executada em 62% devido a uma aquisição de bens de capital que foi executada a cerca de metade (56%). -----

E isto remete-nos para uma velha confusão que, novamente, até pelas suas declarações presentes na ata da reunião camarária, se nota que não percebeu ou não quer perceber: a questão dos fundos comunitários. Em primeiro lugar, vamos deixar isto bem assente: ninguém no grupo parlamentar do Partido Social Democrata é contra a utilização de fundos europeus, senhor Presidente, quantos mais conseguirmos captar, melhor. E acredito que isto seja transversal, pelo menos, à grande maioria dos grupos parlamentares aqui presentes. Aquilo que nós temos vindo a alertar acerca desta questão é a ultra dependência dos mesmos e a constatação de que um dia que eles falem ou sejam de montante mais reduzido, mesmo que sem qualquer responsabilidade do município e apenas por questões nacionais ou supranacionais, o município não está a caminhar no sentido de conseguir satisfazer as despesas de capital necessárias. Ou seja, quando os fundos europeus forem menores, Chaves não terá investimento público, tão necessário para melhoria das nossas infraestruturas e construção de novas. Mas enquanto os conseguirmos captar, que se utilize o máximo possível. Contudo, este grau de execução mostra-nos que estamos completamente dependentes deles. -----

Por fim, quero realçar o detalhe com que este relatório nos foi apresentado, sendo certo que estão aqui muitas horas de trabalho dos técnicos camarários, os quais o grupo parlamentar do Partido Social Democrata congratula pelo resultado final, estando aqui uma autêntica enciclopédia às contas do nosso município num exercício de transparência que louvamos. -----

Muito obrigado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, disse, Antes demais, os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, senhoras e senhores Deputados Municipais, público presente, comunicação social e pessoal de apoio a esta Assembleia Municipal. -----

“Em dezembro de 2020 discutimos os documentos previsionais relativos ao ano de 2021, encontra-nos neste momento de apreciar a sua concretização, sendo, como tal, importante fazermos uma ponte entre o que foi projetado e o que se encontra concretizado. -----

- Constatamos que os relevantes investimentos em curso, a que se somam os previstos para os anos seguintes, estão a incrementar o desenvolvimento económico, social, turístico e cultural do concelho, revelando cada vez mais o papel central e mobilizador que cabe à cidade de Chaves no contexto do Alto Tâmega, e de toda a região de Trás-os-Montes; -----

- Na apreciação da execução do ano de 2021 não podemos ignorar o contexto pandémico, os confinamentos a que as pessoas se encontraram sujeitas, sendo certo que este executivo deu respostas a todos esses desafios e obstáculos, sabendo-os debelar, e das fraquezas fazendo forças; -----

- Há todo um elenco de objetivos que foram conseguidos, notando-se que em relação aos documentos previsionais a sua taxa de execução é superior a 80%, o que num orçamento já com uma grandeza substancial assume particular relevância; -----

- Notamos ainda que a cobrança da receita tem uma taxa de execução de 86%, o que constitui uma melhoria face ao que existia em 2017; -----

- Os sinais de enriquecimento do município estão bem patentes nestes resultados, porquanto já há financiamento com base em receita corrente, sendo um evidente sinal de saúde económica e financeira, com uma redução da dívida total em cerca de 9%; --

- O evidente aumento da capacidade de endividamento que passou de 5,5 milhões em 2017, para 24.5 milhões em 2021, sendo que o serviço da dívida representa apenas 0,23% da despesa total executada; -----

- Outro ponto que merece o nosso mais elevado destaque é a redução de 393% de juros e encargos em relação a 2017, isto dá uma média de quase 100% por cada ano de mandato, o que é absolutamente notável, sem que se tenham descurado as funções sociais, as quais saíram, e muito, reforçadas ao longo destes mandatos, sendo uma opção de matriz socialista e que coloca as pessoas à frente dos números; -----

- Mas mais se dirá, pela preocupação evidenciada nas opções energéticas, a aposta cada vez mais ampla no geotermalismo, na água como meio promotor, confirmando que estamos efetivamente no “Rumo Certo”! -----

- Por último, e não menos importante, não ficaríamos de consciência tranquila se não sublinhássemos a qualidade e quantidade de informação que este executivo faculta aos membros desta assembleia, que permite o mais transparente escrutínio das contas e do quotidiano municipal, o que deve ser tomado como um exemplo e uma regra de conduta universal; -----

- afirmou o Senhor Presidente da Câmara que os flavienses e a sua qualidade de vida são o Alfa e o Ómega que presidem à elaboração e execução orçamental, razão pela qual enquanto flaviense aqui lhe agradeço e, em nome de todo o grupo municipal do PS aqui expressar o nosso apoio e voto favorável! -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Muito bom dia a todos, caro Presidente da Assembleia Municipal, caros Secretários, caríssimos membros do Órgão Executivo, caríssimos Deputados, comunicação social, público em geral e todos aqueles que nos acompanham neste nosso labor. Dizer que, enfim, primeiro concordar no que diz respeito a um trabalho laborioso e competente que os serviços financeiros têm prosseguido, e aqui permitam-me fazer uma pequena consideração, curiosamente é toda a equipa que já existia antes deste Executivo Municipal estar na Câmara, curiosamente nós não fazemos aquilo que somos acusados, nós não somos e de alguma forma o que foi referido há pouco, nós não somos aqueles que fazem a promoção dos “Boys”. E, portanto, aqui está um bom exemplo de uma equipa integralmente a mesma, que trabalhando com um novo Executivo, com um novo Presidente, faz de forma diferente. Vou partilhar aqui uma pequena de confiança naturalmente, sempre que há mudança de Executivo, há algum receio nas Estruturas Organizacionais e nos Dirigentes Municipais. Mas o princípio subjacente à nossa gestão foi, nós queremos evidências, não vamos tomar decisões por aquilo que nos disseram, não vamos ter pré conceitos sobre ninguém, portanto, é isso que nós temos feito nesta gestão autárquica, Eu tenho feito nesta gestão autárquica, como já fiz noutros sítios pelos quais já passei, sempre neste pressuposto, pela evidência, pelo desempenho e não por qualquer outra característica, ou por qualquer elemento gregário no passado, não foi assim no passado, não foi, eu próprio vivenciei essa experiência eu próprio na primeira pessoa e, portanto, dizer que “Bem prega Frei Tomás olha para o que ele diz e não para o que ele faz”. Dizer, isto de uma forma clara e foi possível com a mesma equipa, comprometida, empenhada sempre com o referencial do serviço público, fazer o trabalho importante e este trabalho tem mais importância, porquê? Porque estamos a fazer um trabalho de transição de normas contabilísticas, sistemas contabilísticos passamos do POCAL para o (SNC-AP). Isto foi um exercício grande, complicado, muito difícil, também é verdade, que os serviços reconhecem, que o executivo lhe tem dado todas as ferramentas necessárias, para que isso possa ser concretizado, inclusivamente formação qualificada pós-graduada na área. Foi feita formação pós-graduada em (SNC-AP), para quatro, cinco ou seis, técnicos superiores da Câmara. Portanto, este é o resultado de um trabalho, comprometido, competente, laborioso da nossa equipa naturalmente liderada pela doutora Márcia Santos. Mas dizer que, de facto, há aqui um trabalho competente e sobre tudo este é um trabalho que nós defendíamos na oposição. Quem se recorda de eu aqui sentado na bancada do PS da oposição disse várias coisas, é preciso incrementar a transparência, é preciso aumentar a informação, é preciso dar maior informação, é preciso dar e lembram-se bem perfeitamente que eu falava de responsabilidades contingentes, andaram anos a fio a fazer de conta que não sabiam o que eram, e este documento tem tudo, tem toda a informação, risco assumido, risco que eventualmente entendemos que não vai ser concretizado, está tudo lá e, portanto, na minha perspetiva aqui está um bom exemplo, de transparência, de consistência e de rigor, esta prestação de contas tem essas características. É este caminho que nós queremos trilhar pela diferença, fica esta nota, não ficaria bem comigo próprio se não o dissesse. Mas também, este trabalho que foi feito por esta área financeira também, é evidenciado nas milhares de ações que são feitas pelas outras unidades orgânicas, se tiverem o cuidado de ler apenas a síntese que foi propiciada por cada uma das unidades orgânicas, e que está no relatório, vão perceber que, na área cultural, na área desportiva, na área turística, na área de recursos operacionais, enfim na área mais material, na área das empreitadas, da contratação pública, dos recursos humanos, são, eu quase me atrevia a dizer dezenas ou centenas de ações contínuas, insuficientes, sim, mas expressam um compromisso dos serviços municipais com aquilo que é a satisfação crescente das necessidades das nossas comunidades. Portanto, fica naturalmente este reconhecimento não só à equipa e à responsável pela área financeira,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

mas a todos os dirigentes municipais e a todos os trabalhadores, que abnegadamente contribuem diariamente para a satisfação das necessidades coletivas o que não é mais, do que estar ao serviço dos seus concidadãos. Esta menção queria deixá-la aqui de forma expressa. Dizer isto não significa que não tenhamos vontade de superação, de melhorar, de corrigir, de fazer melhor, claro que sim isso é uma vontade permanente e também, deve animar-nos a fazer sempre mais e melhor. Sobre as considerações feitas sobre o relatório por parte do senhor Deputado Carlos Gouveia, deixe-me que lhe diga primeiro uma coisa foi muito comedido na sua intervenção, não sei se isso foi falta de tempo, se porventura foi porque a conta em si não tem grandes reparos a fazer e, portanto, o exercício foi francamente positivo e que só se concretiza num comentário sobre a questão dos recursos externos relacionados com os Fundos Europeus, se eu puder concluir que a única coisa que lhe merece reparos são estes dois aspetos então, tenho que estar satisfeito e entender que o desempenho de 2021, foi um excelente desempenho do Município de Chaves. Estamos de acordo quanto a essa apreciação. - Dizer-lhe outra coisa muito simples, não tive tempo, era meu propósito ainda comecei a fazê-lo e ainda tenho aqui alguns elementos para fazer uma espécie de um comparativo. Nós andamos sempre a tentar mostrar evidências e a comparar o desempenho de uns com os outros. Portanto, acho que este era o bom tempo, de comparar o desempenho alcançado em 2017, com o desempenho alcançado em 2021, se calhar. Se nós comparássemos aquilo que foi conseguido e alcançado no fim de um ciclo de gestão autárquica liderado pelo PSD, ao fim de 16 anos e aquilo que está a ser conseguido ao fim de 4 anos por um executivo liderado pelo Partido Socialista, valia a pena olhar para esses dados. Eu estava à espera de ser desafiado sobre esta matéria, mas a verdade é que, ou não houve tempo, ou não houve espaço, ou não houve oportunidade. A verdade é que não fala ninguém sobre isso, mas se calhar, era importante falarmos um pouco sobre esta comparação, porque é importante saber onde é que estamos e para aonde é que vamos, mas, também, é muito importante saber de onde é que viemos. Eu sei que a história é chata, mas a história é a história e a história define-nos e também nos condiciona para o futuro. Dizer que estava à espera que isso acontecesse por exemplo, olhei para meia dúzia de indicadores rápidos nem quero maçá-los com muito, mas por exemplo se comparar 2017 com 2021, por exemplo a receita cobrada era de 32 milhões, em 2017, em 2021 é de 41 milhões, curiosamente, temos aqui uma coisa engraçada, temos mais receita global. A verdade é que temos menos impostos e temos outra coisa, estamos a arrecadar menos receita com a venda de bens e serviços, ou seja, estamos a cobrar menos por água, saneamento e lixo. Só pode significar que este incremento de receita, tem a ver com os Fundos Europeus, naturalmente que sim, ou então também, com aquilo que há muito tempo nós almejávamos que era o cumprimento da Lei das Finanças Locais, que finalmente houve um governo do Partido Socialista diga-se, que cumpriu a Lei das Finanças Locais. Houve um incremento substancial daquilo que são os Fundos Financeiros transferidos da Administração Central para a Administração Local e esse incremento se calhar em 4 anos e eu não tenho os dados de memória mas se calhar, são superiores a 20% ou a 19% estamos a falar de um valor muitíssimo importante, só para dizer que estamos a falar de um decréscimo da receita de 28% quase 29%, ou seja, de 28,67%. Mas então na despesa de capital nós em 2017 investimos 10 milhões de euros, em 2021, foram 16,5 milhões de euros e como estão a ver são mais 6,5 milhões de euros, são mais 61% de investimento e o senhor Deputado, vem falar de preocupação de investimento? Eu dou-lhe, números, dados, de facto, esta evolução é fundamental então o que diríamos e eu estava à espera que, falasse dos juros e de outros encargos. O que é que diz desta redução de 393,26%? Foi obra do acaso? Não sei o que terá sido, imagino, mas não sei bem, também houve um incremento com as Freguesias que foi crescente. Se nós olharmos por exemplo para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

aquilo que é o investimento feito no social e na economia, os valores são absolutamente brutais se nós compararmos as (GOPs) de 2017 com as (GOPs) de 2021, por exemplo e não falando dos serviços da administração pública que em 2017, eram de 856 mil euros e em 2021, passa de 1,5 milhão de euros. -----

Mas falamos por exemplo das funções sociais, as funções sociais em 2017 representaram um pouco mais de 3 milhões de euros, em 2021 representam 12 milhões e 784 mil euros, estamos a falar de 422%, mais, ou então das funções económicas eram de 1 milhão 589 mil euros, estamos em 7 milhões 302 mil euros e vem-me falar a mim que os Fundos Europeus são maus? Eu já disse e repito se me disser a mim como é que nós fazemos para aumentar a nossa autonomia financeira, sem aumentar os impostos diretos, e sem aumentar a venda de bens serviços eu estou disponível para ouvir, estou disponível para ouvir, porque eu não quero regressar à velha forma do passado eu prefiro mil vezes Fundos Europeus, do que prefiro passivos financeiros. Sabe o que é que se fazia até 2017 para aumentar a receita de capital? Pedia-se empréstimos. É este caminho que quer trilhar? É este caminho que quer tornar a abraçar? Portanto, enquanto não me disser, qual é a opção que quer ao invés de Fundos Europeus, eu não entendo a sua intervenção, sinceramente não a entendo. Porque é assim, eu repito aquilo que disse numa última Assembleia Municipal, nós temos três ou quatro fontes de financiamentos principais: Temos o FEF, enfim, tudo o que tem a ver com financiamentos da Administração Central, existe uma Lei e os Fundos dependem daquilo que é a arrecadação dos impostos, no ano anterior ou sobem ou descem, se os Governos a cumprirem, porque se fizerem como fizeram os Governos do PSD, que nunca a cumpriram então estamos pior, depois esta é a principal rubrica da receita, esta. Depois, dizer-lhe que outra das receitas importantes são necessariamente, os Fundos Comunitários, eu disse antes e digo hoje tomáramos nós captar não é 10, nem é 12, nem é 17, nem é 18, porque temos captados, 12 ou 13, não, se nós pudéssemos captar, 20, 30, 40 ou 50, enfim, uma infinidade de fundos nós falo-i-amos, não é possível, mas estamos predispostos para fazer esse caminho, para aumentar essa capacidade, sempre que sejam financiamentos não reembolsáveis é isso que nós queremos fazer. Depois, temos os impostos, temos a venda de bens e serviços, a água, o saneamento e o lixo, eu já disse no passado e disse no presente que nós temos aí, provavelmente no futuro em funções de exigências de equilíbrio financeiro mas, também de exigências ambientais provavelmente, de ajustar as tarifas, mas até lá tem o município, tem os serviços municipais, uma tarefa importante que é tornar os sistemas mais eficientes, termos muito desperdício. -----

Enquanto nós tivermos capacidade de eficiência, não devemos transferi-la para os nossos concidadãos é esse o processo em que estamos e é por aí que queremos ir. Por outro lado, dizer também, que as transferências da Administração Central, Fundos Europeus, venda de bens e serviços e impostos diretos, nós queremos voltar a aumentar o coeficiente aplicável aos prédios urbanos do IMI? É isso que nós queremos? Queremos aumentar como no passado as taxas de IMI? É por aí que nós queremos ir? Não. Nós dissemos que queríamos ter os mínimos e queremos ao mesmo tempo manter, ou aumentar os benefícios fiscais. Sempre que nós apoiamos e consideramos uma empresa ou um projeto como de interesse Municipal, estamos a desconsiderar, estamos a deixar de arrecadar receita, sempre que nós damos isenção de publicidade, ou damos isenção de ocupação do domínio público, estamos a deixar de arrecadar receita, agora é de facto, uma necessidade constante de um equilíbrio permanente, entre aquilo que é o mais sensato e o mais adequado para que nós possamos dinamizar a nossa economia. Portanto, dizer-lhe que tenho uma visão completamente diferente da sua relativamente aos Fundos Europeus, sabe porquê? Se nós conhecemos um pouco da história das transferências financeiras para os municípios, percebemos que houve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

um determinado momento em que o FEF, que se desdobra em corrente e de capital, a expressão da de capital deixou de ter sentido, hoje os municípios recebem da Administração Central do Governo um valor pouco mais de 1 (um) milhão de euros através do FEF de capital, porque? Porque, foi reconhecimento que os municípios têm hoje sobre tudo, uma função de prestação de serviços essenciais e que no que diz respeito àquilo que é a capacidade de investimento há sempre instrumentos financeiros sobre tudo, Fundos Europeus para o fazer, claro está que vamos chegar ao momento em que os Fundos Europeus vão rarear, vão diminuir, isso é verdade, no entanto, é a única forma de podermos aumentar a nossa capacidade de investimento é, o que nós temos feito. Eu devo recordar e não sei se esqueceu, nós tivemos um saldo corrente de 9.5 milhões de euros, significa o quê? Que 9.5 milhões de euros foram transferidos da receita corrente para despesa de capital, portanto, eu não aceito esse seu argumento que, de facto, nós não temos capacidade de investimento temos hoje 9,5 milhões de euros, que foram investidos da corrente no capital, mais aquilo que são os Fundos Europeus. E, portanto, não acompanho as suas considerações de forma nenhuma eu acho que não lê com atenção aquilo que foi a história das transferências financeiras da Administração Central para a Administração Local. Por outro lado, valoriza de forma diferente aquilo que eu valorizo relativamente àquilo que são os instrumentos financeiros existentes, sobre tudo esses. Para mim eu prefiro mil vezes um Fundo Europeu não reembolsável, do que uma contração de empréstimo, se o tivermos que fazer, claro que o faremos, com certeza, para fazer investimentos específicos sim e eu digo aqui outra vez, para fazer as piscinas municipais cobertas, sim, teremos que o fazer necessariamente, porque não teremos os recursos necessários e porque outros no seu devido tempo, não tiveram a capacidade de financiar investimentos com Fundos Europeus, olhe senhor Deputado, era um bom exemplo, aí é que se deviam utilizar os Fundos Europeus e não o foram, provavelmente leram as suas intervenções. ----- Terminando dizer-lhe outra coisa, queria que não ficasse aqui um equívoco, isso ficou de alguma forma em algumas intervenções, designadamente em Reunião de Câmara queria só comparar o seguinte para que a Assembleia conheça o serviço de dívida, aquilo que nós gastamos entre amortizações e juros por ano era em 2016, era de 26%, em 2017 era de 13% e é hoje em 2021, só para ter uma noção, é hoje 0,23%. Isto não é um bom indicador? Acho que é. Outra questão, que muitas vezes quer passar a ideia que nós somos despesistas com pessoal, vejamos então alguns indicadores sobre a evolução das despesas com pessoal, estamos a falar de documentos que podem ser acessíveis na página do município, relatório de 2017 e relatório de 2021. Do Relatório de 2017 vamos ver o que refere sobre despesas com pessoal, na estrutura da despesa, despesa/despesa total em 2017 representava 27,44%, só a componente; remunerações certas e permanentes versus despesa total, 20,73%, se compara com 2021. Comparemos então com o ano 2021, no ano de 2021 nestes mesmos indicadores no total da despesa total representa 24.03%, portanto, é menor, na mesma forma no pessoal remunerações certas e permanentes é menor em mais de 3%, temos menos 3% em despesas neste indicador. E, portanto, dizer que claramente também aqui isso é evidente depois, eu vou dar dados que podem ser contrastáveis e, portanto, podem confirmá-los ou não. Também há uma coisa, que os senhores Deputados sabem que há que é o Anuário Financeiro, há uma entidade que há muitos anos publica alguns indicadores financeiros sobre os municípios e se forem consultar o Anuário Financeiro relativamente, à informação compilada sobre o exercício de 2020, vão ver que Chaves é o nono Município e eu repito, nono Município, com menor rácio de despesas de pessoal na despesa total. E por aqui me fico. ----- Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta e seis votos a favor e dezasseis abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Cristina Maria Inocência Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro, Maria Adalgisa Portugal Ferreira. da Silva Babo, Ricardo Vassal Coutinho e José Carlos Carvalho Fernandes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE – Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----
Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo, José Fernandes M. Serralheiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Hélder Leão de Castro Lopo, de Ervededo - André Lourenço da Silveira, em representação de Faiões - Carolino Vinhais Correia, de Lama de Arcos - Augusto José Aires da Anunciação, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras - António José Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, em representação de Santa Maria Maior – José Maria Fernandes de Carvalho, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão - Maria José Sena Barros, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, Michele Alexandra Rodrigues da Costa, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues e Maria José Alves Portela. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Helena Cristina Gonçalves Santos, Daisy Machado Lameira e Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa -----

Pelo Grupo Municipal do CH: Vítor José Gomes -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes 4 membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: --

Grupo Municipal do PS: José Francisco de Resendes Carreira -----

Grupo Municipal do PSD: Pedro Miguel Vieira Miranda; -----

Presidentes de Junta de Freguesia: da União das Freguesias de Travancas e Roriz, Filipe Maldonado Pinto e de Tronco, Eduardo dos Santos Carneiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 6 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. ANO DE 2022. PROPOSTA Nº 35/GAPV/2022. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. ---- Boa tarde, esta proposta, aqui apresentada, é nos seus considerandos, no seu enquadramento, nos seus pressupostos e finalidade, é idêntica à proposta que foi sufragada no ano anterior. O que aqui se pretende, é permitir e criar condições financeiras para que esta Associação Vidagus Termas, como é sabido, é constituída por um conjunto de parceiros designadamente o Município de Chaves, que tem a participação mais relevante. Esta Associação é constituída por 39 unidades, sendo que o Município de Chaves, tem 20, as outras 19, são constituídas por empresários da área da restauração e Turismo de Vidago. E, nesta perspetiva, o que se pretende é garantir que esta Associação continue a cumprir as suas finalidades estatutárias, concretizadas naquilo que tem sido o seu âmbito de atuação para a gestão daquilo que é a Casa-Museu João Vieira, a gestão da loja de produtos locais, mas também do posto de atendimento turístico. Portanto, o que se pretende com isto, é criar condições para que estes equipamentos importantes para o Concelho, e em particular para Vidago e para a região da Ribeira de Oura, possam cumprir este importante papel de dinamização turística e dinamização económica. Este contrato vai continuar a criar essas condições para que se continue a fazer esse labor e que o possa fazer com estabilidade e com visão para o futuro. Portanto, o que eu peço a todos é, que possam votar favoravelmente esta proposta para que, efetivamente, esta associação possa continuar a cumprir o seu papel como tem feito até hoje. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras), Rui Manuel Branco Rodrigues, não participou na votação da proposta tendo-se ausentado da sala. -----

PONTO 7 – DECISÃO DEFINITIVA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA RELATIVA À PROPOSTA DE RESOLUÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO COM ISOLINO PERDIGÃO MARÇAL AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL | PIM “QUINTA DE AGROTURISMO CASTELO DE EIRAS” (DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 25/11/2021) - INFORMAÇÃO Nº15 /DDE/2022, DA Eng.ª CLÁUDIA FERREIRA, DE 28.02.2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ---- Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 8 – ANÁLISE DO 7º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº20 /DDE/2022, DA ENG.ª CLÁUDIA FERREIRA, DE 25.03.2022. -----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. ----- Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 9 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, NA RUA DA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

TRANCADA/AV. D. JOÃO I, NA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO Nº 881/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 79/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/02/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 10 - PEDIDO DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA NA EM 541, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS, NA EM 541 – PROCESSO Nº 136/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 90/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/02/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 11 – PEDIDO DE ACALMIA DE TRÁFEGO, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE OUCIDRES E BOBADELA, NAS LOCALIDADES DE VILA NOVA DE MONFORTE OUCIDRES E BOBADELA – PROCESSO Nº 156/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 98/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 25/02/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 12 – PEDIDO DE ACALMIA DE TRÁFEGO, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, NA ESTRADA DAS ANTAS – OUTEIRO SECO – PROCESSO Nº 1007/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 117/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/02/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 13 – PEDIDO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, – NA LOCALIDADE DE IZEI – FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO Nº 1017/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 156/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/03/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 14 - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO CM 1051, EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA – NA LOCALIDADE DO CAMBEDO DA RAIA – FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA - PROCESSO Nº 93/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 176/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/04/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Intervenção: -----

No uso da palavra, o senhor **Luciano André Machado Barreira Vilabril** – Representante dos Pais e Encarregados de Educação, da Escola EB1, nº5 de Casas dos Montes, disse, -----

Começo por cumprimentar, o senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta. Muito bom dia a todos. -----

Deu início à sua intervenção com a leitura do ofício enviado para a DGESTE, que a seguir se transcreve: -----

“Excelentíssimo. Senhor. Delegado Regional de Educação do Norte Dr. Sérgio Afonso Direção de Serviços da Região, do Norte

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 52. da Constituição da República Portuguesa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto, com as demais alterações os abaixo assinados, constantes das listagens anexas, vem, no exercício do seu direito de petição expor o requerer a V. Exa. o seguinte: -----

ENQUADRAMENTO - DA DECISÃO DE ENCERRAMENTO DA ESCOLA -----

O Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo, no pretérito dia 25 de março de 2022 através da sua Diretora, recebeu uma comunicação, através de correio eletrónico, remetida pela DGESTE (Direção Gestão dos Estabelecimentos Escolares - Direção dos Serviços da Região Norte) dando conhecimento da intenção de encerrar no próximo ano letivo de 2022/23 a Escola n. 5 das Casas dos Montes, situada no Bairro de Casas dos Montes, em Chaves, escola integrada no Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo. Tal missiva refere que essa entidade manifesta a inteira concordância com a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Chaves quanto ao encerramento daquela escola no próximo ano letivo. -----

Tal comunicação foi levada apenas para conhecimento do Executivo Municipal, em sua Reunião Ordinária realizada no pretérito dia 31.03.2022. -----

FUNDAMENTOS - AS RAZÕES DA NÃO CONCORDÂNCIA COM A MEDIDA TOMADA

A Escola Básica no 5 de Chaves, tem em funcionamento neste momento 6 turmas de alunos, uma do primeiro ano, duas do segundo ano, duas do terceiro, e uma do quarto ano de escolaridade, com cerca de 96 alunos, não sendo assim uma escola com um baixo número de alunos. É uma escola situada na zona urbana da cidade, constituída por um edifício do tipo P3, com quatro salas de aulas e um anexo pré-fabricado com mais duas salas de aula, um pavilhão polivalente, cozinha, despensa seis casas de banho, um pequeno balneário e um arrumo. O espaço envolvente é bastante grande e muito arborizado, todo ele vedado por gradeamento de uma altura considerável. -----

Conforme se apurou, a Câmara Municipal de Chaves pretende que os referidos alunos da Escola Básica n 5 de Chaves, sejam transferidos para as Instalações da Escola Básica de 2º Ciclo Dr. Goncalves Carneiro, pertencente ao mesmo agrupamento de escolas, o que neste momento, apenas leciona a alunos do segundo ciclo, ficando assim esta escola com alunos desde o primeiro ao sexto ano de escolaridade. A intenção da Câmara Municipal de Chaves, ao realizar esta proposta, é o corte de custas com o transporte de alunos (os alunos da Escola Básica N°5 de Chaves são transportados para ir almoçar à EB2 Dr. Goncalves Carneiro), a falta de uma cantina e de um pavilhão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

desportivo. Também se fala na cedência das Instalações escolares a outras instituições e associações da cidade. -----

No entanto há que salientar que: -----

- Existem outras escolas em funcionamento, com menos alunos, mais distantes e com piores condições que a Escola Básica no 5 de Chaves, com os alunos a serem igualmente transportados para as refeições, que não são preocupação camarária, pois, precisamente por estarem mais distantes do centro da cidade e com piores condições, não têm instalações tão apetecíveis. -----

- O Estabelecimento escolar em causa apresenta boas condições nas suas instalações após as melhorias constantes quer nos equipamentos quer no edifício e sua envolvente. -----

- A Direção do Agrupamento não foi ouvida assim como a respetiva Associação de Pais que não teve igualmente conhecimento de tal vontade do Município. -----

- Com a recente entrada em vigor do Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro, que define as novas competências dos órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, são ainda levantadas questões relativas à legalidade deste processo. -----

- O Decreto-Lei 21/2019, no ponto 2 do Artigo 8º, refere que "A rede educativa é definida pelo departamento governamental com competência na matéria, em articulação com os municípios, as entidades intermunicipais e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas." Neste caso o Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo não foi consultado sobre o encerramento da Escola Básica Nº5 de Chaves. -----

- O Decreto-Lei 21/2019, no ponto 1 do Artigo 12º, refere que "O ordenamento da rede educativa deve respeitar, entre outros, os seguintes parâmetros técnicos: a) Tipologia de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos, em cada momento definidos e caracterizados". Neste caso a tipologia da Escola Básica de 2º Ciclo Dr. Gonçalves Carneiro é precisamente, uma escola de 2º ciclo, pelo que a mudança de alunos do 1º ciclo para esta escola desrespeitaria a tipologia definida para aquela escola. -----

- O Decreto-Lei 21/2019, no ponto 1 do Artigo 14º, refere que "A elaboração da carta educativa é da competência da câmara municipal, sendo aprovada pela assembleia municipal respetiva, após discussão e parecer de conselho municipal de educação, e pronuncia do departamento governamental com competência na matéria.", sendo que no ponto 4 do Artigo 15º, refere que "A revisão da carta educativa são aplicáveis os procedimentos previstos para a respetiva aprovação". Neste caso, o encerramento da Escola Básica Nº5 de Chaves, e consequente alteração da carta educativa, não foi aprovado em conselho municipal de educação, aliás, nem sequer foi discutido no mesmo, pelo que não pode tal alteração ter lugar. -----

- O Decreto-Lei 21/2019, na alínea c) do ponto 1 do Artigo 56º, refere explicitamente que é da competência do conselho municipal de educação "Emitir parecer obrigatório sobre a abertura e o encerramento de estabelecimentos de educação e ensino", sendo que neste caso não foi emitido qualquer parecer por aquele órgão sugerindo o encerramento da Escola Básica Nº5 de Chaves. -----

PETIÇÃO PÚBLICA -----

Assim, e dado o exposto supra, vêm deste modo os pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Básica Nº5 de Chaves, abaixo assinados, mostrar o seu descontentamento, não só pelas ações tomadas a cabo pela Câmara Municipal de Chaves neste domínio, mas igualmente pelo modo como o processo foi conduzido pela mesma. A tentativa de encerramento da referida escola, à revelia de toda a comunidade escolar envolvida, desprestigia a Câmara Municipal de Chaves, reservando-se aos pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Básica Nº 5 de Chaves, a tomada de todas as medidas necessárias, para evitar o encerramento da referida escola, uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

escola inclusiva, funcional, e acima de tudo, necessária a comunidade local. Sem outro assunto e na expectativa de que esta petição seja merecedora da melhor atenção. Obrigado.” -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou um pequeno esclarecimento à intervenção do Representante dos Pais e Encarregados de Educação, da Escola EB1, nº5 de Casas dos Montes. -----
Compreendo e aceito que como pais possam ter algumas reservas e possam de alguma forma mostrar alguns receios sentindo por inerência algum sentimento de perda. -----
Reiterar que a Escola Básica nº5 de Casas dos Montes, tem como todos nós sabemos alguns problemas relacionados com as infraestruturas, com as condições físicas da prática desportiva e de algumas questões que estão relacionadas com os próprios espaços para poder haver ações de outra natureza, para além das pedagógicas. É um edifício que apresenta muitas necessidades. Tem que ser requalificado e com uma requalificação muito significativa. Com todas as questões infraestruturais, e a questão da carência de recursos humanos e então ter entre 200, 300 ou 400 metros, dois edifícios, um deles com condições, outro sem condições, entendo eu que por razões pedagógicas, por razões de socialização, por razões de proteção e de atenção aos processos de aprendizagem naturalmente que o nosso parecer foi que estariam reunidas as condições para que os alunos, provavelmente, no próximo ano possam frequentar um espaço próprio incluído na Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro. Assumimos que o nosso parecer foi um parecer favorável, relativamente, à transferência dos alunos da Escola Básica nº5 de Casas dos Montes para a Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, por razões de melhores condições físicas, por razões logísticas por razões pedagógicas, porque tem todas as condições para a prática desportiva, tem laboratórios, tem biblioteca, enfim, tem todas as condições para que naturalmente os processos de aprendizagem, de socialização, possam ser melhor conseguidos neste novo espaço do que no anterior. -----
Racionalmente o novo espaço terá muito melhores condições daquelas que hoje apresenta o edifício da Escola Básica nº 5 de Casas dos Montes. -----

Por último, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, agradeceu a forma elevada como decorreram os trabalhos e propôs a aprovação da ata da reunião em minuta, para andamento imediato das deliberações tomadas.-----
Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----
De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, a qual vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a transcrevi e também assino. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

A funcionária: _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES